

SAULO ROGER CAVALCANTE SARAIVA

**LACUNAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: FORMAÇÃO DA
CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES
DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE**

SÃO PAULO | 2024



SAULO ROGER CAVALCANTE SARAIVA

**LACUNAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: FORMAÇÃO DA
CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES
DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE**

SÃO PAULO | 2024



1.^a edição

Autor

Saulo Roger Cavalcante Saraiva

**LACUNAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: FORMAÇÃO DA
CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES
DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE**

ISBN 978-65-6054-110-8



LACUNAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: FORMAÇÃO DA
CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES
DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHÉ
2024

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S243I Saraiva, Saulo Roger Cavalcante.
Lacunas entre a teoria e a prática [livro eletrônico] : formação da cidadania na escola de ensino médio Sabino Nunes da Silva em São Luís do Curu-CE / Saulo Roger Cavalcante Saraiva. – São Paulo, SP: Arché, 2024.
162 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-110-8

1. Cidadania. 2. Escolas – São Luís do Curu (CE) – Condições sociais. 3. Prática de ensino. I. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*® 2024 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutorando. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me abençoar muito mais do que eu mereço.

A ação do pesquisador muitas vezes ocorre aparentemente de forma solitária, porém tudo o que é produzido é resultado de uma ação coletiva. Dessa forma, gostaria de agradecer a todos os que, de alguma forma, colaboraram para que esta pesquisa se realizasse, em especial, a todos os discentes da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, meus eternos alunos.

Não tenho palavras para agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Carlino Iván Morinigo, pela sabedoria, habilidade e preciosa maneira de lidar com a Educação e com as pessoas.

Aos amigos, amigas e colegas concebidos durante o mestrado, pela compreensão, carinho, amizade e afeto recebidos, pois me ajudaram a edificar coragem e dedicação para prosseguir e concluir o trabalho.

De importância inestimável foram as correções gramaticais e observações feitas pelo amigo, mestre e irmão, Professor Marcos Antônio de Sousa, que ao longo dos dois anos me desviou do embaraço das dúvidas relacionadas à Língua Portuguesa.

Meus sinceros agradecimentos aos professores, por ajudarem a formar alunos críticos na travessia do processo de construção das identidades individuais e sociais, contribuindo bastante no processo de construção dos seus projetos de vida, tão importantes para o fortalecimento das famílias de milhares de jovens que buscam na educação a realização da felicidade.

Agradeço a todos os funcionários da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, em São Luís do Curu-CE e todos os funcionários do Instituto Federal de Educação da cidade de Jaguaribe-CE, pela atenção e acolhimento dispensados a mim durante as visitas realizadas.

Enfim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram nessa caminhada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Aldacir, às minhas cinco irmãs Cristiane, Claudiane, Kelviane, Liliane e Mariane e aos meus filhos Lucas e Laís, os maiores incentivadores desta tarefa.

Uma das formas de luta contra o desrespeito dos poderes públicos pela educação, de um lado, é a nossa recusa a transformar nossa atividade docente em puro bico, e de outro, a nossa rejeição a entendê-la e a exercê-la como prática efetiva de “tias e de tios

Paulo Freire (1997)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APRECE Associação dos Municípios do Estado do Ceará

APO Administração por Objetivo

BM Banco Mundial

CCQ Círculo de Controle de Qualidade

CE Estado do Ceará

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal

CQT Controle de Qualidade Total

CREDE Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação

EEEP Escola Estadual de ensino Profissionalizante

EMC Educação Moral e Cívica

ENADE Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM Exame nacional do Ensino Médio

INEP Instituto de Pesquisas

EPB Estudos de Problemas Brasileiros

FHC Fernando Henrique Cardoso

FIES Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDESCOLA Fundo de Desenvolvimento da Escola

GIDE Gestão Integrada da escola

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MEC Ministério de Educação e Cultura

OSPB Organização Social e Política do Brasil
PAIC Programa de Alfabetização na Idade Certa
PAT Padrões de Atendimento

PBF Padrões Básicos de Funcionamento
PCA Professor Coordenador de Área
PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE Plano de Desenvolvimento da Escola
PJF Projeto Jovem de Futuro

PLAMETAS Plano de Metas do Diretor

PNE Plano nacional de Educação

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPP Projeto Político Pedagógico

PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI Programa Universidade para Todos

SEDUC Secretaria da Educação do Estado do Ceará

SEFOR Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza
SPAECE Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIC's Tecnologias de Informação e Comunicação
UECE Universidade Estadual do Ceará
UFC Universidade Federal do Ceará
UNDIME União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFOR Universidade de Fortaleza URCA Universidade Regional do Cariri UVA
Universidade Vale do Acaraú

RESUMO

O presente livro versou sobre processo de formação da cidadania do aluno da escola pública estadual da cidade de São Luís do Curu, no estado do Ceará. Tem como objetivo geral compreender até que ponto a gestão entendida como de características democráticas implementada nas escolas da rede pública estadual do Ceará, tem contribuído para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, formando indivíduos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres. E em específico, optamos por identificar a existência de características da autonomia, observando a tomada de decisões adequadas em benefício próprio, do grupo e da escola em um contexto de reconhecimento dos seus direitos, inseridos numa atmosfera de participação e prática de seus deveres; identificar até que ponto os alunos se sentem sujeitos da aprendizagem e partícipes na construção de regras e funcionamento do grupo em que estão inseridos; determinar o nível de cooperação dos alunos no que diz respeito a ajuda nas necessidades do grupo e da escola, observando a manifestação do respeito e do bom relacionamento. Para a abordagem teórica contemplamos as ideias de: Antunes (2007), Apple (2006), Brandão (1980), Buarque (2006), Canivez (1991), Chalita (2004), Chauí (1985), DaMatta (2004), Delors (2012), Durkheim (1983), Farias (2009), Fazenda (1994), Ferreiro (1985), Freire (1997), Gadotti (2001), Gandim (1995), Kant (2005), Konder (1986), Libâneo (1989), Mello (2002), Marshall (1967), Mercado (2004), Morin (2002), Piaget (1970), Sander (1984), Souza (1994), Soares (2009), Zabala (2002). A abordagem da pesquisa é qualitativa de tipo bibliográfico, utilizando questionários com os alunos e alunas, professores e professoras, como instrumentos de obtenção de dados. Entre os docentes e discentes da escola pesquisada, o discurso nos leva, apesar das condições subjetivas viáveis, a detectar a denúncia de que o princípio da cidadania continua sendo ameaçado no momento em que os ideais do pensamento neoliberal se tornam cada vez mais hegemônicos e inseridos no dia-a-dia da instituição, que não consegue na prática definir sua verdadeira função social, se é a de transmitir apenas o conhecimento ou se é formar o cidadão crítico e participativo.

Palavras-chave: Cidadania. Teoria e prática. Cotidiano escolar.

RESUMEN

Este libro se centró en el proceso de formación de ciudadanía estudiantil en una escuela pública estatal de la ciudad de São Luís do Curu, en el estado de Ceará. Su objetivo general es comprender en qué medida la gestión, entendida como de características democráticas, implementada en las escuelas públicas estatales de Ceará, ha contribuido al desarrollo de una educación de calidad, formando personas críticas y responsables, conscientes de sus derechos y deberes. Y específicamente, optamos por identificar la existencia de características de autonomía, observando la toma de decisiones adecuadas en beneficio de uno mismo, del grupo y de la escuela en un contexto de reconocimiento de sus derechos, insertado en un ambiente de participación y práctica de sus derechos. deberes; identificar en qué medida los estudiantes se sienten sujetos de aprendizaje y partícipes de la construcción de reglas y del funcionamiento del grupo en el que se insertan; determinar el nivel de cooperación de los estudiantes en cuanto a ayudar con las necesidades del grupo y del colegio, observando la manifestación de respeto y buenas relaciones. Para el abordaje teórico, contemplamos las ideas de: Antunes (2007), Apple (2006), Brandão (1980), Buarque (2006), Canivez (1991), Chalita (2004), Chauí (1985), DaMatta (2004), Delors (2012), Durkheim (1983), Farias (2009), Fazenda (1994), Ferreiro (1985), Freire (1997), Gadotti (2001), Gandim (1995), Kant (2005), Konder (1986), Libâneo (1989), Mello (2002), Marshall (1967), Mercado (2004), Morin (2002), Piaget (1970), Sander (1984), Souza (1994), Soares (2009), Zabala (2002). El enfoque de investigación es cualitativo y bibliográfico, utilizando cuestionarios a estudiantes, docentes, como instrumentos para la obtención de datos. Entre los docentes y estudiantes de la escuela investigada, el discurso nos lleva, a pesar de condiciones subjetivas viables, a detectar la denuncia de que el principio de ciudadanía continúa amenazado en un momento en que los ideales del pensamiento neoliberal se vuelven cada vez más hegemónicos e insertos en la actualidad. -la vida cotidiana de la institución, que en la práctica no puede definir su verdadera función social, ya sea transmitir sólo conocimientos o formar ciudadanos críticos y participativos.

Palabras clave: Ciudadanía. Teoría y práctica. Vida diaria escolar.

APRESENTAÇÃO

O livro investigou o processo de formação da cidadania do aluno da escola pública estadual da cidade de São Luís do Curu, no estado do Ceará. Nossa decisão em estudar essa problemática parte da constatação de que o discurso pela qualidade da educação continua cada vez mais veiculado estimulando as pessoas a pensarem que ela existe e está a serviço das camadas populares da maneira como é divulgada, tanto nos elaborados discursos como nas insistentes propagandas que circulam na mídia.

Tem como objetivo geral compreender até que ponto a gestão entendida como de características democráticas implementada nas escolas da rede pública estadual do Ceará, tem contribuído para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, formando indivíduos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres. E em específico, optamos por identificar a existência de características da autonomia, observando a tomada de decisões adequadas em benefício próprio, do grupo e da escola em um contexto de reconhecimento dos seus direitos, inseridos numa atmosfera de participação e prática de seus deveres; identificar até que ponto os alunos se sentem sujeitos da aprendizagem e partícipes na construção de regras e funcionamento do grupo em que estão inseridos; determinar o nível de cooperação dos alunos no que diz respeito a ajuda nas necessidades do grupo e da escola, observando a manifestação do respeito e do bom relacionamento.

Harmonizar o modelo da qualidade total presente na linguagem educacional em decorrência do avanço do neoliberalismo no Brasil, a partir das reformas políticas e educacionais do decênio de 1990, com as

necessidades básicas das instituições escolares constitui um grande desafio, pois observamos que no mundo atual, as mudanças se processam em alta velocidade, de modo que influenciam as atividades e os comportamentos humanos e a escola encontra dificuldades em acompanhar o ritmo das mudanças ou transformações tornando-se em determinados momentos e aspectos, pouco atrativa.

A busca pela inversão dessa realidade se apresenta através da universalização de vagas, implementação de equipamentos, fortalecimento dos ambientes de aprendizagem, garantia dos livros didáticos e da merenda escolar etc. indicando que está em vigor o processo de garantia de infraestrutura que garantemo mínimo necessário para a concretização de um projeto educativo. Inclui -se também o empenho incessante pela consecução de um espaço que seja visto como democrático, moderno, voltado para os interesses da sociedade.

Como sabemos, a escola pública brasileira carrega em sua história, há muitos anos, as características de uma instituição que sempre caminha em atraso em relação a outras em nossa sociedade. O resultado é que no conjunto de suas atribuições, direcionado para a sua principal tarefa que é disseminar o conhecimento, os índices nos alertam que essa incumbência não está sendo realizada de forma a satisfazer as necessidades de sua clientela, que é caracterizada, em sua maioria, por pessoas de poucas posses, da classe média baixa, ou seja, os filhos das famílias que não podem pagar uma escola particular.

Não podendo neste trabalho dimensionar com profunda precisão a grandeza e a complexidade dos problemas educacionais da nossa rede de ensino tampouco mergulhar nos problemas sociais enfrentados pelas diversas famílias em que estão inseridos os nossos

alunos, focamos nas atitudes individuais dos alunos tendo como referência principalmente a observação do seu cotidiano, marcado por circunstâncias em que estão presentes as condutas dos discentes.

Todos os aspectos relevantes deste trabalho são influenciados pelo acompanhamento aos projetos escolares desenvolvidos no decorrer do ano letivo, tendo como suporte questionários, entrevistas com alunos, professores e coordenadores, com o objetivo de identificar os pontos importantes da formação dos alunos e compreender a importância que estes dão aos temas aqui tratados.

A natureza do diagnóstico pensado na instituição girou em torno de: reconhecer nos alunos a capacidade de reflexão e organização do pensamento ao emitir opiniões, críticas e sugestões; identificar o nível de participação dos alunos nas atividades propostas pelos professores e pela escola, em atividades de classe e extraclasse; identificar o nível de participação dos alunos na construção de regras e funcionamento do grupo em que estão inseridos; determinar o nível de cooperação dos alunos no que diz respeito à ajuda nas necessidades do grupo e nas atividades da sala; entender até que ponto os alunos se sentem sujeitos da sua própria aprendizagem num contexto de interação com os conhecimentos já concebidos.

Com relação à prática pedagógica dos professores, buscamos analisar as condições objetivas e subjetivas de trabalho no contexto da nova escola pública estadual do Ceará, entendendo que essas condições interferem no processo de aprendizagem dos alunos.

No que diz respeito ao compromisso e competência dos gestores quisemos estudar a qualidade de gerenciamento dos recursos destinados à sustentação das condições favoráveis ao bom desempenho das

atividades do cotidiano escolar.

No que se refere a atuação do órgão responsável pela política educacional do estado (Secretaria da Educação Básica), procuramos identificar dentro do discurso da qualidade, os pontos de convergência e divergência com a realidade escolar. Que fatores precisam integrar-se para a construção coletiva desta escola.

A síntese desse material é que nos direciona para entendermos como o processo de ensino e aprendizagem tem contribuído para a formação da cidadania do discente, concorrendo para a formação de indivíduos críticos e responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres, respeitando os princípios de cidadania.

Dessa forma os conceitos de cidadania que irão orientar este trabalho serão, dentre outros, os de Luís Armando Gandin (1995), que analisa a extensão dos direitos da cidadania a partir da superação da lógica particularista, que segundo ele, “está arraigada na cultura brasileira, e que tanto contribui para agravar e perpetuar as desigualdades socioeconômicas”; as de Marilena Chauí (1985) que defende a ideia de que uma sociedade é democrática quando “além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realiza como um contra-poder que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes”.

Também estão presentes as ideias de Freire, Paulo (1997), que resguarda o pensamento de que a docência deve estar atenta à “necessidade de respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola,

visto ser ele um sujeito social e histórico”. O educador representa o pensamento dos que defendem que "formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas". Busca delinear essa responsabilidade docente quando demarca essa postura como ética e por isso defende a ideia de que o educador deve buscar essa ética, e a denomina de "ética universal do ser humano", imprescindível à docência; as de Gadotti (1995) que observa que “uma educação para a cidadania acontece onde todos participam do processo de tomada de decisão, pois a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”.

Fundamentam também este trabalho o pensamento de José Carlos Libâneo (1989), defensor de que a democratização da escola pública deve caminhar para a melhoria de vida das camadas populares da sociedade, a partir “da ampliação das oportunidades, difusão dos conhecimentos e a sua reelaboração crítica, assim como o aprimoramento da prática educativa”; as de Thomas Marshall (1967) que defende a cidadania como um *status* adquirido em decorrência de se pertencer a um Estado- Nação, onde todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*, não se admitindo qualquer restrição baseada em diferenças de sexo, raça, religião, classe social, preferências políticas e outras características particulares. Importante destacar o pensamento intelectual de Guiomar Namó de Mello (1997) que coloca a instrução como “importante elemento do conjunto de direitos do cidadão onde o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa, constituem matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade, compromisso assumido pelos países ricos e

industrializados, que deslocam as prioridades de investimento em infraestrutura e equipamentos, para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população”, responsabilidade da educação, que faz parte das “pautas governamentais e da agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social”.

No **Segundo capítulo** tratamos do tema “Educação para a Cidadania” enfocando a educação como um direito fundamental para o cidadão e suas possibilidades de formação das gerações que têm a possibilidade de, na instituição escolar, conhecer os horizontes filosóficos da democracia como garantia de seus direitos. O estudo dissertativo buscou em autores como: Da Matta (2004); Kant (2005); Gadotti (2001); Marshall (1967); Mello (2002); Morin (2002) dentre outros, o aporte teórico necessário ao desenvolvimento do referido capítulo.

No **terceiro capítulo** enfocamos as principais realizações governamentais implementadas no setor educacional nas instâncias estadual e municipal onde está inserida a escola, analisada também neste capítulo. Tais medidas também foram direcionadas à expansão do ensino médio no estado do Ceará. Nesta parte buscamos a contribuição de Farias (2004); Melo (2006); Soares (2009), dentre outros.

No capítulo seguinte, o **quarto e último**, tratamos das análises sistematizadas a partir das observações realizadas e apreciações dos questionários direcionados a cotidiano escolar da instituição.

Nas **considerações finais** apresentamos a conclusão da pesquisa, indicando novos caminhos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01	23
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	
CAPÍTULO 02	49
REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS	
CAPÍTULO 03	86
A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	129
ÍNDICE REMISSIVO	145

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

1. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

No presente capítulo, tratamos da discussão da educação como um direito fundamental para o cidadão e suas possibilidades de formação das gerações que têm a possibilidade de, na instituição escolar, conhecer os horizontes filosóficos da democracia como garantia de seus direitos.

1.1A EDUCAÇÃO COMO DIREITO: UMA DISCUSSÃO POSSÍVEL

A Constituição Federal de 1988¹, em seu artigo 204, assegura que o povo organizado participe na elaboração e controle das políticas sociais em todos os níveis. Assim, todas as decisões sobre a educação pública passam a fazer parte das políticas sociais, que também incluem saúde, moradia entre outras, com todas as ações destinadas a promover e melhorar a vida das pessoas.

A Constituição também assegura a igualdade de todos perante a lei e um conjunto de garantias à liberdade de pensamento e de associação (art.5º), além de amplos direitos políticos (artigos 14 a 16). Inclui também um capítulo dedicado aos direitos sociais, como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (art.6º).

¹ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a atual Carta Magna do Brasil. É sétima constituição do país e a sexta do período republicano brasileiro. Caracteriza-se por estabelecer a transição do regime considerado autoritário, a Ditadura Militar, compreendida entre os anos de 1964 e 1985, para o regime democrático, de 1985 até os dias atuais. Foi construída por uma Assembleia Constituinte com a participação de 559 parlamentares, de diversas correntes de pensamento. Promulgada em 05 de outubro de 1988, no Governo de José Sarney.

Nesse sentido, observamos então a importância de várias conquistas obtidas no plano legal, que podem ser utilizadas como instrumento de luta da sociedade organizada. Torna-se claro também que a experiência histórica evidencia uma relação entre a conquista dos três tipos de direito: sociais, civis e políticos.

Nota-se que a garantia dos direitos sociais, numa sociedade de classes, exige um elevado nível de intervenção do Estado, já que os mecanismos de mercado são incapazes de, sozinhos, prover o atendimento às necessidades básicas da população. No caso do Brasil, a acentuada presença do estado na economia e na sociedade foi por muito tempo objeto de críticas, agravada pelo fato do gigantismo estatal ter produzido pouco em termos de bem-estar, uma ideia que pode ser considerada verdadeira.

Porém jamais podemos esquecer que a intervenção estatal no Brasil, na medida em que é norteadada por critérios particularistas (clientelismo, nepotismo, favoritismo, corrupção), é a grande responsável pelo descalabro em termos de atendimento dos direitos dos cidadãos.

Para que os direitos sociais sejam estendidos a todos os cidadãos brasileiros, é necessário orientar a ação estatal por uma pauta de direitos e deveres que aplica a todos os indivíduos, independente de sua classe social e quaisquer diferenças culturais, pois a noção de cidadania é incompatível com a ótica particularista dos diversos tipos de práticas corruptas, que têm em comum justamente a indistinção entre o que é privado e o que público.

No nosso país não se constitui obrigação do estado encarregar-

se diretamente do provimento de todos os serviços públicos, porém assegurar a todos o acesso universal a eles. Em certos casos, os governos preferem a efetivação do serviço via iniciativa privada, em outros, devido a sua natureza, para serem oferecidos com os padrões mínimos de qualidade e acessível a todos, é necessária a intervenção do Estado.

Este é o caso da educação, porque além de constituir um direito social - na medida em que o acesso a ela é condição para se desfrutar, como ser civilizado, da herança social - constitui também um requisito para o efetivo exercício dos direitos civis e dos direitos políticos. O direito à liberdade de expressão, por exemplo, torna-se inútil quando, devido à falta de educação, os indivíduos são incapazes de formular adequadamente suas demandas ou de encontrar os meios de se fazerem ouvir. (MARSHALL, 1967, p.80).

Os artigos 206 e 209 da Constituição Federal consolidam o estado como prestador de serviços e garantidor de direitos individuais. Os parágrafos 1º ao 3º do artigo 208 da Constituição Federal determinam a obrigatoriedade de concretização do direito público subjetivo à educação gratuita por parte do Estado, assim como o responsabiliza pela omissão ou pela ausência da efetivação. Outras leis asseguram esse dever por parte do Estado. O art. 5º, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996), assim como o art. 54, § 1º e § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069 de 13 de julho de 1990), são exemplos. Outros artigos tratam da questão: o art. 209 da Constituição Federal permite que, o ensino seja oferecido pela iniciativa privada, sendo supervisionado e fiscalizado pelo Estado; o art. 213 permite que o estado financie ou ofereça profissionais para atender a comunidade em escolas confessionais ou filantrópicas, definidas em lei,

utilizando-se dos recursos públicos. Tendo como base os referidos dispositivos legais concluímos que é ampla a tarefa do Estado, tendo em vista o fato da responsabilidade garantir a qualidade da educação além de ter que cumprir outras atribuições.

Contudo não parece ser digno defender a privatização pura e simples como forma de corrigir a ineficiência e a corrupção do setor público. A experiência nos mostra que existe uma tendência preconceituosa de se considerar a ação governamental, em comparação com o setor privado, sempre ineficiente, ou seja, incapaz de gerar benefícios compatíveis com seus custos. Ocorre, porém, que a aplicação do conceito de eficiência à esfera pública exige o redimensionamento do mesmo, considerando-se o fato de que:

O Governo está permanentemente exposto a demandas sociais e pressões políticas, enquanto entidades privadas - filantrópicas ou não - estão em geral desobrigadas de dar respostas a tais demandas e pressões. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 14).

Um dos fatores negativos usados para justificar a privatização é a corrupção. Porém o setor privado não está totalmente imune a ela e o que mais tem contribuído para a sua existência é a ótica particular no aparelho do Estado. A visão privatista e particularista com que a população trata o serviço público contrasta com a visão da imprensa nacional e com os resultados de pesquisas de opinião. Estes dão conta de uma onda de desaprovação aos políticos e às instituições públicas em geral, porém dissimulam a aceitação de práticas políticas corruptas “em particular”.

O primeiro mecanismo que produz o particularismo é o fato de

que numa estrutura social profundamente hierárquica, burocratizada e totalizante como a brasileira, os direitos individuais só são reconhecidos quando se adota a lógica particularista. Como demonstra DaMatta, Roberto (2004), aqui as leis impessoais são usadas para “nivelar por baixo”, pois o indivíduo é tratado como inferior se não tem ligação com pessoa ou instituição de prestígio. Desta forma, a violação da lei em benefício próprio, torna-se uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade onde os “direitos” são assegurados por meio das relações pessoais, e não dos princípios universais de cidadania. Assim, observa-se que;

A extensão dos direitos da cidadania exige a superação da lógica particularista tão profundamente arraigada na cultura brasileira, e que tanto contribui para agravar e perpetuar as desigualdades socioeconômicas. Colocar o estado realmente a serviço do interesse público requer, ao mesmo tempo, uma reforma no aparelho estatal e um processo de educação política de toda a população, ambos apoiados em mudanças estruturais no sentido de maior equidade social e democratização do sistema político. (GANDIM, 1994, p.17).

Ao analisar as mudanças político-institucionais da atualidade, constatamos que a população espera um tipo de reforma capaz de mudar o Estado, que contribua para mudar, tornando a administração pública democrática orientada para satisfazer às necessidades primárias da população e que tenha na sua estrutura mecanismos capazes de facilitar o controle popular. Isto é necessário por quê;

Um governo democrático deve promover tal atendimento de forma também democrática, isto é, evitando qualquer clientelismo ou paternalismo na formulação e implementação de políticas públicas. Como se sabe, esses mecanismos particularistas inibem o

desenvolvimento dos valores de cidadania pois a satisfação das necessidades de sobrevivência do indivíduo deixa de ser percebida como direito próprio dos cidadãos, passando a ser vista como uma concessão ou um crédito à bondade dos líderes. (MOTTA, 1987, p.33).

O clientelismo é considerado um mal que está presente quando consideramos uma sociedade atrasada, no que diz respeito às conquistas relacionadas à igualdade e a liberdade. Se de um lado o clientelismo considera a demanda específica de um potencial eleitor, de outro, descaracteriza os reais objetivos do exercício do poder público, como investimento no setor educacional.

A Educação é hoje, em muitas nações do mundo, uma prioridade. Diferentes países, de acordo com suas características históricas, promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes e equitativos no preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica que ora se observa no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. Segundo Mello (2002, p.30)

Já se tornou evidente que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa, constituem matérias - primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade. Os países industrializados mais adiantados deslocam as prioridades de investimento em infraestrutura e equipamentos, para a formação de habilidades cognitivas e competências sociais da população. Esse deslocamento faz com que a educação escolar adquira centralidade nas pautas governamentais e na agenda dos debates que buscam caminhos para uma reestruturação competitiva da economia, com equidade social.

No caso do terceiro mundo, especialmente a América Latina, observa-se a existência da mesma preocupação, porém requer estratégias

que se coadunem com às suas peculiaridades. Neste contexto, exige-se que “a transformação produtiva e a inserção competitiva nos mercados mundiais não sejam dissociadas da promoção da equidade. Pode-se então dizer que a educação parece ser convidada para expressar uma nova relação entre desenvolvimento e democracia, como um dos fatores que podem favorecer a associação entre crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e à consolidação dos valores democráticos” (MELLO, 2002, p.31).

De maneira geral, o cenário educacional observado deixa transparecer que em países como o Brasil que ainda não resolveu por completo questões básicas da educação, certas habilidades não constituiriam prioridades. Segundo Mello (2002, p.31) são elas: domínio da leitura e da escrita, as habilidades cognitivas e competências sociais de grau superior, tais como: flexibilidade, autonomia, capacidade de adaptação a situações novas, não constituiriam prioridades.

Mello (2002) porém nos alerta ao defender que a exposição e a convivência com a racionalidade, associada às novas tecnologias de informação e comunicação, tende a generalizar-se em todos os países do continente latino-americano, perpassando as diferentes regiões e classes sociais. Assim a nossa sociedade está diante do desafio de satisfazer necessidades de aprendizagem cujo atendimento há muito se universalizou em outros países. O fato é que as políticas educacionais devem atender às demandas considerando requisitos educacionais da atualidade.

Por muito tempo o modelo educativo adotado no Brasil tinha

como características, segundo Mello (2002), “uma elite altamente educada e informada em detrimento de uma massa escolarizada apenas para satisfazer a tarefas elementares de um tipo de industrialização considerada tardia e dependente”. O modelo econômico baseado na abundância da matéria-prima e abundância de mão-de-obra desqualificada e barata foi ultrapassado surgindo assim a necessidade de preparação da sociedade para uma realidade que deve ter como necessidade urgente o preparo para incorporar os avanços tecnológicos. Assim as novas exigências “da cidadania moderna, a revolução da informática e dos meios de comunicação de massa, a necessidade de se redescobrir e revalorizar a ética nas relações sociais” (MELLO, 2002, p.33) e as transformações do processo produtivo, colocam a educação numa situação em que lhe é atribuída a responsabilidade de satisfazer à necessidade de um novo perfil de qualificação da mão-de-obra, em que a inteligência e conhecimento são fundamentais.

Essas novas exigências do processo produtivo colocam na escola a responsabilidade de oferecer um sólido domínio dos códigos instrumentais da linguagem, da matemática e dos conhecimentos científicos. Exige também que ela propicie, além do domínio de informações específicas, a formação de habilidades cognitivas que, segundo Mello, são: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para compreender situações emergentes, assim como desenvolva a capacidade de solucionar problemas. Além do que foi visto, acrescenta-se a formação de competências sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho,

habilidade de comunicação. E para resolver o problema do acúmulo de informações, deve-se trabalhá-lo para selecionar as informações segmentadas e superficiais, dominando em profundidade as informações básicas e aprimorando as formas de acesso à informação, para desenvolver a capacidade de reunir e organizar aquelas que são relevantes (MELLO, 2002, p.34).

Ao conceber a educação como elemento necessário para a consecução da cidadania, podem-se destacar pontos considerados causadores do entrave no que diz respeito ao oferecimento deste direito, que requer competências e expansão nos aspectos quantitativos e qualitativos.

Por muito tempo inexistiram sistemas de avaliação de resultados e sistemas de informações com o objetivo de subsidiar a atuação nacional e regional do poder público como indutor de políticas, num contexto populacional extremamente heterogêneo. A crise da segunda metade dos anos 70 e a falta de interesse político foram capazes de impedir o governo federal de formular objetivos e políticas estratégicas para a educação.

A municipalização ²do ensino fundamental no Brasil levou

² Constituição Federal de 1988, no artigo 211 estabelece a organização dos sistemas de ensino entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela via denominada de Regime de Colaboração, reformulado posteriormente pelas Emendas Constitucionais nº 14/96, EC nº 53/2006 e EC nº 59/2009. A Constituição propõe que os Municípios atuem prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil (§2º) e os Estados e o Distrito Federal atuem prioritariamente no ensino fundamental e médio (§3º). Cabe lembrar aqui que a idéia de municipalização do ensino no Brasil não é algo tão recente. Inclusive teve como grande defensor o Educador Baiano Anísio Teixeira, nos anos 50.

alguns municípios a arcar com encargos educacionais distantes de sua realidade financeira, não podendo cumprir na quantidade necessária e na qualidade desejada. Os municípios mais ricos, por meio de seus representantes nos governos estaduais e federal, conseguiram os benefícios da reforma tributária sem que se criassem mecanismos que os obrigassem a ampliar suas responsabilidades com a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a expansão quantitativa, de certa forma incontestável, não foi acompanhada de uma organização institucional capaz de monitorar o sistema educacional e assim capacitá-lo para oferecer um ensino de qualidade, obviamente favorecendo as condições mínimas para o seu funcionamento. Mais uma vez a cidadania se vê ameaçada, levando-se em conta que o autoritarismo e o centralismo são costumes, que apoiam esse padrão centralizador, presentes em todas as instâncias governamentais.

Outro fator marcante na história da educação nacional refere-se a questão de que currículos, programas, estatutos e carreiras do magistério, assim como jornada de trabalho, materiais de ensino-aprendizagem, todos os insumos básicos necessários ao funcionamento das escolas, sempre foram decididos no nível central.

Por último, o inchamento, a multiplicidade e a segmentação das instâncias burocráticas centrais e intermediárias consumiam recursos que deveriam ser desatinados à melhoria da qualidade das escolas. A instituição do empreguismo, por exemplo, caracterizou bastante essa realidade, considerando que em muitos locais o emprego público constitui

muitas vezes a única oportunidade de trabalho. A expansão da rede física acabou sendo direcionada de acordo com interesses diversos, ocasionando situações de desencontro entre alunos e escolas, realizando um quadro em que apareciam escolas com classes ociosas e outras com classes superlotadas. Os professores, por sua vez, tiveram problemas na sua formação devido a falta de diretrizes para a garantia dos cursos de formação.

As políticas sociais adotadas pelos governos nas décadas de 70 e 80 ampliaram, de certa forma, o acesso à escola, satisfazendo a uma demanda urgente naquele momento. Quanto à questão da qualidade do ensino ministrado, os esforços não foram os mesmos. A expansão quantitativa e a extensão da escolaridade foi se processando de forma desordenada. Mesmo existindo leis que estabeleciam as normas básicas para a atuação no magistério, em regiões mais carentes tal aspecto não constituiu objeto de atenção e cumprimento. As famílias, por sua vez, deixavam de usufruir desse direito tão representativo da cidadania, que é a educação, ao passo que não eram incentivadas, ou levadas, no aspecto legal, a efetuar rigorosamente as matrículas de seus filhos em idade escolar e, tendo como referência a pobreza presente nas famílias brasileiras, talvez não se possa responsabilizar ou mesmo incriminá-las por falta de uma ação perfeita nesse sentido, situação hoje bem encaminhada, em razão das obrigações estabelecidas pelos programas de transferência de renda e medidas legais já concebidas.

1.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO: UMA LUTA EM CONSTRUÇÃO

A participação popular, elemento de uma sociedade autônoma, é capaz de se contrapor ao particularismo, já que a democracia representativa tem se revelado incapaz de garantir, por si só, os direitos dos cidadãos. Isto requer tanto a criação de oportunidades para que a população possa expressar diretamente seus interesses e demandas, como a modificação do aparelho de estado para atendê-los efetivamente.

Para tanto, é necessário que a formulação e execução das políticas públicas sejam feitas de forma descentralizada, isto é, através da transferência de recursos e de poder decisório a níveis hierarquicamente inferiores da administração. Com efeito, a centralização do processo decisório é incompatível com a democracia, enquanto que a centralização da execução é incompatível com a eficiência.(GANDIM, 1995, p. 18).

De certa forma, essa condição pode colocar a municipalização dos serviços como saída para problemas causados pelo centralismo, porém o fortalecimento dos municípios deve ser acompanhado pela criação de mecanismos de fiscalização modernos e eficazes, diferentes dos já existentes, também fiscalizados pela população.

A questão do conhecimento é, segundo alguns especialistas, vital para o pleno exercício da cidadania, principalmente política. O pluralismo social e político requer o domínio de conhecimentos e a capacidade de fazer escolhas, exercendo uma função fiscalizadora e

crítica ao passo que a participação social e cultural tende a tornar-se também diversificada e muito mais qualificada. A ideia de eficácia pode ser constatada na forma de administração local e mais próxima da população a que se destina.

A participação do povo pode ocorrer através de organizações representativas da população, como sindicatos, associações de moradores, conselho tutelar que, em alguns municípios, ainda estão no papel, enquanto em outros estão em fase de implantação e organização. Há também municípios em que as organizações já funcionam com todo o seu potencial.

No caso do estado do Ceará, a realidade das escolas públicas de sua responsabilidade favorece a tentativa de incentivar a participação popular. Tendo como pilar mestre a escolha democrática dos gestores, através do voto direto de todos os membros dos segmentos da comunidade escolar; a criação do Conselho Escolar que atua como órgão fiscalizador e parceiro das ações da gestão, até a organização e viabilização dos Grêmios Estudantis, estão iniciados os primeiros ensaios na arte de participação das decisões e distribuição de responsabilidades, tornando a escola um ambiente onde as decisões são discutidas e assumidas por todos.

Segundo Gadotti (2001), “a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”, pois a Educação para a cidadania acontece na participação do processo de tomada de decisão, a criação dos conselhos representa parte desse processo.

Porém, para que a atuação seja real eles não podem ser instituídos apenas como uma medida isolada e satisfatória da causa burocrática. A finalidade deve ser realmente a consecução da participação e a democratização das decisões. A participação por sua vez deve ser autônoma em relação à administração pública.

O Conselho Escolar, com a participação de pais, professores, alunos e funcionários, é o órgão mais importante de uma escola que quer considerar-se autônoma. O conselho toma decisões importantes, delibera sobre a organização do trabalho escolar, sobre o funcionamento e ajuda no processo de escolha do diretor. Gadotti (1995), por sua vez, defende que o conselho também deve deliberar sobre o currículo, o calendário escolar, a formação das classes, períodos e horários, atividades culturais, enfim, sobre o governo da escola como um todo. Este é mais um passo que deve ser dado pelas escolas públicas, em especial a pesquisada para construção deste trabalho.

Na Escola onde foi desenvolvida a pesquisa, a atuação do Conselho Escolar ³ajuda na construção da autonomia, pois tenta defender sempre os interesses da comunidade quando avalia a aplicação dos recursos, apoia as campanhas e aponta prioridades necessárias para o bom funcionamento da unidade escolar. E neste ambiente em que os pais se envolvem com os problemas da escola, eles passam a ter uma nova visão sobre os conflitos e a tensão entre escola e comunidade. O fazer pedagógico passa a ser discutido e decisões consideradas autoritárias ou

³ O Conselho Escolar da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva é composto por 14 membros, representando cinco segmentos ligados à instituição. A última eleição data de 05/03/2015.

medidas sem eficácia para resolver supostos problemas internos passam a ter agora um tratamento diferenciado. O que antes era propagado como vontade pessoal do gestor é visto como uma decisão tomada pelos representantes da comunidade escolar.

A contribuição para a formação da cidadania dos alunos neste contexto, pode ser entendida no momento em que a atuação do Conselho representa o início da história de uma escola pública autônoma e democrática; democrática na gestão, quanto ao acesso e permanência de todos; e o mais importante: popular, ou seja, com um caráter social comunitário, espaço do público para elaboração de sua cultura. A administração ou gestão, por sua vez, pode ser responsável por uma atuação eficaz da comunidade, onde a participação popular dentro e fora da escola se constitua numa estratégia explícita e pensada.

A administração pública da escola pode se fundar sobre uma visão sistêmica estreita que procura acentuar os aspectos estáticos - como o consenso, a adaptação, a ordem - ou uma visão dinâmica que valoriza a contradição, a mudança, o conflito. (SANDER, 1984).

A gestão pública das escolas estaduais hoje aponta, segundo a Secretaria de Educação do estado do Ceará, para o aperfeiçoamento do seu caráter democrático. Segundo Gadotti (2001); “não se pode entender ‘gestão democrática’ como um complicado sistema de eleições de representantes para todas as funções do sistema educacional”. A escolha, no seu entender, deve ser reservada para dirigentes em que os próprios cidadãos não podem exercer diretamente a cidadania. O gestor deve

valorizar a escola e a sala de aula, eliminando a mediação entre os órgãos responsáveis pela educação e escola.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, é atribuída aos gestores a função de mobilizar condições favoráveis ao desempenho dos professores e demais funcionários da escola; criar oportunidades para sistemáticas trocas de ideias, de experiências e criação conjunta de trabalho; coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, criar e implementar o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola); coordenar o processo avaliativo institucional; compartilhar o processo de tomada de decisões com os demais membros do Núcleo Gestor; coordenar a elaboração de normas de trabalho em equipe e zelar pela sua efetivação, entre outras.

Ao Coordenador Pedagógico são atribuídas várias responsabilidades também, dentre elas podemos destacar: coordenar a execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico da Escola; coordenar as reuniões do planejamento do ensino, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento de temáticas importantes; oferecer a cooperação técnica aos professores; assistir as aulas para observar e estimular os aspectos do desempenho docente; analisar, com os professores coordenadores de ensino, o rendimento escolar de cada etapa e no dia a dia; contribuir para identificar desafios e abrir espaço para a discussão conjunta de alternativas de solução para esses desafios e por fim reunir o coletivo de professores para avaliar o processo de ensino-aprendizagem, tendo como referência a linha teórico-metodológica dos Referenciais Curriculares Básicos.

Observa-se então que são várias as atribuições dirigidas tanto aos diretores como aos coordenadores pedagógicos das escolas estaduais, tendo como objetivo, segundo a própria Secretaria de Educação, assegurar a aprendizagem de atitudes, habilidades e conteúdos necessários ao pleno exercício da cidadania; ser a escola um espaço educativo onde todos aprendem: alunos, professores, gestores e pais; ser uma escola crítica e comprometida com a transformação da realidade, além de dinâmica e atrativa; ser participativa e democrática no acesso, na gestão e na permanência bem sucedida de seus alunos e ser uma escola aberta, deixando-se invadir pela vida que está lá fora e trazendo para dentro de seus espaços o mundo real, do qual fazem parte alunos e professores, fazendo uma leitura crítica desta mesma realidade.

Constituem-se também objetivos da atuação dos membros no Núcleo Gestor e consecutivamente obrigações da escola, cultivar a curiosidade, a paixão pelo estudo, a vontade de superar desafios, o gosto pela leitura, a aprendizagem criativa e não-mecânica; fazer da escola um polo cultural da comunidade a que presta serviços, conhecendo e trabalhando com suas expectativas, necessidades, valores, costumes e tradições culturais.

Nota-se claramente que no universo de obrigações dos gestores estão explicitadas várias formas de viabilizar a participação popular na escola. Os valores sociais necessários para o envolvimento de uma escola integrada com a comunidade devem ser respeitados, além da criação de mecanismos que venham a favorecer uma participação responsável e atuante, como forma de garantir a cidadania das pessoas a quem a escola

se destina. A eleição direta para o núcleo gestor, o conselho escolar, o grêmio, as associações de pais e mestres, o ouvidor, o auditor são formas explícitas das condições subjetivas de participação popular na escola. Parece-nos então que todos os meios são oferecidos cabendo à própria escola a boa utilização deles.

Devemos então analisar as reais condições de se colocar em prática esse Projeto Pedagógico que diz ter como prioridade uma ação curricular dinâmica e criativa, integrada por atividades socioeducativas e intercalada pela arte-educação, cultura e pelo esporte. Isso se faz necessário para não incorreremos no erro de culparos gestores por uma possível falha no curso da história do modelo de educação descrito aqui, tendo em vista que o discurso liberal atribui à esfera pública todos os males sociais e econômicos de nossa atual situação.

Estamos diante de uma profunda e ampla reorganização política, econômica, social e ideológica tendo no seu centro o chamado neoliberalismo e suas propostas para organizar a sociedade em função do mercado e dos interesses privados e empresariais. A educação e a escola, por sua importância política e estratégica, merecem um papel de destaque nessas propostas de reforma política e social.

Na realidade o modelo neoliberal parece querer inspirar as ações das escolas estaduais. Podemos observar no discurso da instância maior da Educação no Estado, quando defende a busca da “qualidade total” e a adequação da escola de acordo com as características de sua “clientela”, termo usado para caracterizar a comunidade servida pela escola. Essa nova realidade nos leva a fazer algumas reflexões acerca da eleição da

cidadania como “eixo vertebrador” da educação escolar.

A necessidade de avaliar o que se está ensinando no presente fundamenta o pensamento do teórico Morin, Edgar (2002), que sistematiza os sete saberes. Segundo o autor, existem problemas centrais ou fundamentais que permanecem totalmente ignorados ou esquecidos que são necessários para o exercício docente neste século de vida da humanidade. São conceitos gerais que toda a sociedade ou cultura deveria entender como relevantes, porém considerando que o saber científico inspirador para situar a condição humana é provisório e envolto em mistérios referentes ao universo, à vida e ao surgimento do ser humano.

Sobre democracia, vertente tratada neste trabalho, analisa Morin que ela necessita ser acreditada pela maioria dos cidadãos, porém necessita também, além do consenso, de diversidade e antagonismo, pois nutre a diversidade de interesses e a diversidade de ideias, para lhe conferir vitalidade e produtividade. Isso caracteriza a democracia como sistema político complexo pois vive de pluralidade, concorrências e antagonismos, permanecendo como comunidade.

A democracia depende também das condições que dependem do seu exercício e esta afirmação se concretiza na constatação de que todas as características importantes para a sua existência tem um caráter dialógico unindo termos antagônicos, tais como: consenso/conflito, liberdade/igualdade/fraternidade etc. Frágil não generalizada em todo o planeta, incompletas ou inacabadas, a democracia caracteriza-se por se apresentar de forma muito irregular em certas áreas e locais, além de sofrer processos de regressão em determinadas situações.

Desta forma, podemos compreender sobre o processo da despolitização da política que, segundo Morin, “se autodissolve na administração, na técnica, na economia, no pensamento quantificante” (2008, pág.110). Segundo o autor, o processo de regressão da democracia ocorre em decorrência da política fragmentada que, por sua vez, perde a compreensão da vida, dos sofrimentos, dos desamparos, das solidões, das necessidades não quantificáveis. Dessa forma, a contemporaneidade aponta que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da burocracia produz além de conhecimentos e elucidações, ignorâncias e cegueiras, gerando classes de pessoas que têm acesso e as que são impedidas pelo domínio da nova classe.

Fazendo referência a Kant (2005), o autor desenvolve o pensamento acerca da cidadania terrestre, elegendo a solidariedade como elemento primordial para a vida em sociedade, como forma de impedir a sua autodestruição. Conclui que “sós e em conjunto com a política do homem, a política de civilização, a reforma do pensamento, a antropo-ética, o verdadeiro humanismo, a consciência da Terra- Pátria reduziriam a ignomínia no mundo” (2008, pág. 114).

1.3 ENTRE O CIDADÃO E A CIDADANIA: CONCEITOS E CONCEPÇÕES

A ideia de cidadania está ligada ao surgimento da civilização urbana e a necessidade de se administrar a coisa pública e os negócios do Estado. À medida que as populações foram se transferindo do campo para a cidade, e esta passou a influenciar o rol de necessidades e aspirações da população rural, os direitos admitidos para os cidadãos passaram a ser

estendidos também para o camponês. Depois, com a formação das nações modernas e a intensificação do relacionamento entre elas, as noções de direitos humanos e de cidadania deixaram de se diferenciar.

Em épocas mais antigas, como na Grécia ⁴antes de Cristo, por exemplo, ser “cidadão” significava usufruir de uma série de direitos que outros não podiam, ainda que compartilhassem do mesmo território, ou até, em muitos casos, da mesma moradia. O conceito de cidadão foi mudando com o tempo. Entretanto, analisando a cultura dos povos, civilizados ou não, verificamos que durante séculos foram estabelecidos direitos desiguais para os indivíduos, conforme sexo, idade, origem familiar, posição social, estado civil, e outras particularidades. Aristóteles dizia que a melhor organização da polis deveria ser o resultado de uma mistura entre a democracia enquanto governo da maioria e a aristocracia enquanto governo dos melhores, ou seja, daqueles que se distinguiram publicamente na condução dos negócios da coletividade (ROSENFELD, 2009).

O fato de terem existido, em locais e tempos diversos, diferentes formas de se considerar quem é humano e, sendo homem, quem é ou não cidadão, demonstra por si só que os direitos de cidadania, como todo o direito e a cultura em geral, são criações do homem e vão se

⁴ A Grécia antiga nos oferece a primeira referência histórica ao conceito de cidadão (etimologicamente “f ilho da pólis”, ou indivíduo que pertence à cidade e é nela reconhecido). Aristóteles foi o autor que abordou sistematicamente as relações sociais da época, dando um enfoque particular a concepção de cidadania, que nessa sociedade implicava um modo ético de ser e agir do homem grego, concretizada na participação política do cotidiano da pólis e a classificação das pessoas em classes, com diferenciação dependendo das funções sociais.

transformando com o passar do tempo.

Quando falamos da conquista da cidadania como algo imprescindível na construção de uma sociedade menos desigual, temos em mente que esse direito, a cidadania, e o empoderamento são elementos inseparáveis. Alguns autores se debruçaram sobre o tema, com destaque para Michel Foucault.

Foucault (1979) faz uma análise sobre o poder e como ele se organiza. Para o teórico, os poderes se movimentam em cadeia e nunca estático em algum lugar específico, pois funcionam e se exercem em rede. Exercendo e sofrendo a ação do poder, os indivíduos são titulares de uma forma de poder, que são exercidos em níveis diversificados e em pontos que se diferem na rede social, existindo de certa forma integrados ou não ao Estado. O poder, na verdade, é práticas ou relações de poder que por sua vez inspiram o discurso e dessa forma “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”. (FOUCAULT, 1979:180).

Mesmo sendo o poder uma relação de forças sugerindo que ele ocorra por parte de um grupo sobre outro, Foucault explicita que:

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão

sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação[...]. (FOUCAULT, 1979, p.183).

Foucault nos faz compreender que inexistente o poder. O que emerge são relações de poder, materializadas pelos diversos mecanismos que são capazes de atuar como uma força agindo sobre os indivíduos, através da coação, do controle e da disciplina. Atua como se tivesse vida própria, independente dos indivíduos, através do conjunto de ideologias e burocracias, por exemplo.

Reportando-se às sociedades ocidentais da Idade Média Foucault definiu que “o personagem central de todo o edifício jurídico ocidental é o rei” (FOUCAULT, 1979: 181).

Certamente, na Idade Média ou na Antiguidade greco-romana, sempre existiram tratados que apresentavam como conselhos ao príncipe quanto ao modo de se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos; conselhos para amar e obedecer a Deus, introduzir na cidade dos homens a lei de Deus, etc. (FOUCAULT, 1979, p. 277).

É importante destacar que, para Foucault (1979), o poder se realiza no processo de construção das microestruturas responsáveis pela produção do saber. Com o surgimento da burguesia surge um novo conceito de poder, diferente do poder soberano, fazendo parte da sociedade que surge e suas novas estruturas, tais como escolas, hospitais e outras.

As sociedades modernas e contemporâneas foram repensando e modificando seu conceito de cidadania à medida que novas possibilidades e necessidades se incorporavam ao seu cotidiano. Os interesses das classes dominantes foram se conflitando com os dos dominados.

Observa-se então que a cidadania é uma condição construída historicamente. Compreensões diversas sobre o conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais amplo aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, na configuração que se dá a esse contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

A cidadania deve ser entendida então como um *status* adquirido em decorrência de se pertencer a um Estado-Nação, pertinência esta determinada pela nacionalidade do indivíduo-cidadão. Como notou Marshall, T. H. (1967, p. 76), “todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. Dessa forma não se pode admitir qualquer restrição baseada em diferenças de sexo, raça, religião, classe social, preferências políticas e outras características particulares.

Para que a igualdade perante a lei possa tornar-se um princípio básico da sociedade, é necessário que a cidadania seja entendida nas diversas dimensões, tais como: política, social e civil. A dimensão política diz respeito, segundo Marshall (1967), ao “direito de participar no exercício do poder político, como membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo”.

A dimensão civil refere-se aos direitos necessários à liberdade individual, liberdade de locomoção, de pensamento, de fé e, sobretudo, de recorrer à justiça para garantir esses e outros direitos. A dimensão social, por sua vez, significa “desde o direito a um mínimo de bem-estar

econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, da herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967.p. 62-3)

A cidadania é entendida também como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, que são exercidos, apesar das diferenças culturais. Nesse contexto Konder (1986, p.115), afirma que “a institucionalização dos direitos do cidadão jamais esteve perto de ser alcançada e continua mais distante de nós”.

CAPÍTULO 2

REALIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo discute as principais realizações governamentais implementadas no setor educacional nas instâncias estadual e municipal onde está inserida a escola analisada. Enfoca com destaque as medidas tomadas pelos diversos Governos no intuito de estabelecer a expansão do ensino médio no estado do Ceará, tendo como marco inicial o Governo de Inácio Correia de Vasconcelos, durante o reinado de D. Pedro II. Naquele momento iniciava-se um período de expansão da cidade de Fortaleza, tornando-se o principal centro urbano do estado do Ceará.

1.1 A EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

A história das instituições escolares no estado do Ceará inicia-se com o Colégio Estadual Liceu do Ceará, ainda no período imperial brasileiro, no ano de 1845, em Fortaleza, no Governo de Inácio Correia de Vasconcelos. A mais antiga instituição de ensino do estado do Ceará iniciou as suas atividades com apenas 98 alunos. Sob a direção do Dr. Thomas Pompeu de Souza Brasil, o Senador Pompeu, o colégio mantinha o curso secundário, com duração de 6 anos. Sem uma sede própria, os professores ministravam as aulas na própria residência até o ano de 1894, quando foi inaugurada a sede definitiva, durante o governo do Coronel Bezerril Fontenelle, na Praça dos Voluntários, no centro de Fortaleza (FARIAS, 2009).

Posteriormente, no ano de 1937, no governo de Francisco de Meneses Pimentel, o Colégio Liceu do Ceará, instituição em que ele

mesmo estudou, foi transferido para o bairro Jacarecanga, onde funciona até os dias atuais. É considerado o quinto colégio mais antigo do Brasil. O currículo da instituição contemplava, naquele momento, aulas de Retórica, Filosofia, Poética, Geografia, História, Inglês, Francês e Latim, além de Geometria, Trigonometria e Aritmética. Na época da criação do referido Colégio a população de Fortaleza girava em torno de 5.000 habitantes. Assim como os demais colégios do país, o Colégio Liceu do Ceará representava um privilégio da elite cearense, que tinha também como característica a cobrança de taxas dos alunos, prática utilizada nas demais instituições públicas do país.

Francisco de Menezes Pimentel, professor, Diretor da Faculdade de Direito do Ceará, administrou esse estado por 10 anos. Durante o período de 1935 a 1937, como governador legal e durante o período de 1937 e 1945, como interventor do estado Novo. Político extremamente conservador, exerceu a sua função em um período de muita violência e perseguição política. Para a História da Educação do Estado, Menezes Pimentel contribuiu com a fundação do Ginásio São Luís, na cidade de Pacoti-Ce. Posteriormente esse estabelecimento foi transferido para Fortaleza, onde alcançaria grande reconhecimento por formar gerações de discentes que se transformaram em personalidades de reconhecimento estadual e nacional, como Dom Hélder Câmara e o escritor Austregésilo de Ataíde. Com a saída de Menezes Pimentel do Governo, o Ceará ainda passou por uma sucessão de interventores e seis governadores eleitos até o Governo do Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora, Ministro do então Presidente João Goulart, que nos interessa nesse trabalho.

O “Livro da Professora” é considerado um fato marcante, na história da Educação no estado do Ceará, por ter se configurado como um projeto educacional que teve como marca principal a contradição entre o Governador Virgílio Távora, militar, Coronel do Exército, eleito em 03 de outubro de 1962, interessado em um plano de modernização conservadora, e os idealizadores do referido projeto, professores, intelectuais adeptos dos pensamentos de Jean Piaget e Paulo Freire.

O “Livro da Professora” fazia parte do plano de governo do então governador que era intitulado de PLAMEG (Plano de Metas de Governo). Na área da educação, convidou uma equipe de educadores para pensar e preparar o projeto educacional do Estado. Virgílio Távora, era considerado um governador de direita, mas tinha consciência da militância política dos professores que foram convidados para fazer parte da comissão de assessoria da educação. O próprio governador os chamou de ‘notáveis’, tanto era o reconhecimento pela qualidade das ideias advindas dos referidos professores.

A assessoria era dirigida pela professora Luiza de Teodoro, professora com forte influência do solidarismo cristão, da pedagogia freireana e de Piaget; Valnir Chagas, Diretor do Departamento de Educação e Cultura da Universidade Federal do Ceará. Também era membro do Conselho Federal de Educação e relator da Lei 5692/71 de Reforma do ensino de 1º. e 2º. Grau. Fazia parte do grupo de educadores que Anísio Teixeira enviou para os Estados Unidos, em 1959, com o objetivo de examinar os sistemas de ensino e a formação de professores que estava ocorrendo em vários Estados daquele país; Professor Edgar

Linhares, outro intelectual que participou da comissão dos “notáveis”. Na época, era Coordenador Pedagógico do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC-CE. Posteriormente foi perseguido pelo regime pós-64.

O Projeto deveria compor o PLAMEG, plano de desenvolvimento que resguardava as características da racionalidade e da modernização conservadora do desenvolvimentismo. Com o golpe de 1964 a difusão do livro ficou inviável. Naquele momento deu-se início a elaboração de um projeto educacional baseado na Ideologia da Segurança Nacional e do desenvolvimento. Em 1966, o “Livro da Professora” foi recolhido e deu-se início à perseguição aos elaboradores do projeto que foram perseguidos e banidos do estado do Ceará e, em alguns casos, do próprio país. A proposta educacional inovadora dos denominados “notáveis” que agora eram considerados subversivos, era deixada de lado pois ganhava força o autoritarismo de estado que tinha o apoio do próprio governador.

Segundo o professor Melo, F. E. (2006), os princípios da modernidade e conservadorismo do Plano de Metas Governamentais se alinhavam à ideia republicana herdada do jacobinismo da Revolução Francesa da educação como promotora do fim das desigualdades sociais. Ao analisar o diagnóstico feito sobre o número de escolas, os alunos matriculados, a qualificação de professores, a qualidade do material didático, a meta de erradicação do analfabetismo no estado e o investimento de seis bilhões de cruzeiros no ensino médio, como forma de acompanhar o processo de desenvolvimento industrial, pode-se afirmar

a presença de uma atenção à educação.

De acordo com Melo:

Os recursos teriam origem no governo estadual, nas parcerias com as prefeituras, acordos com o governo federal a partir do Plano Nacional de Educação e parcerias com órgãos internacionais, em especial os norte-americanos. A erradicação do analfabetismo, exigência dos diversos setores da sociedade e amplamente divulgada nos jornais da época e a qualificação para o trabalho foram estabelecidas como objetivos principais. (MELO, 2006 , p. 5)

O Governo de Virgílio Távora⁵ buscava equalizar, através da intervenção do estado, a superação dos problemas sociais mantendo os pilares da sociedade capitalista e o clientelismo local; também unindo o desenvolvimentismo modernista com a visão tradicional impregnada em uma sociedade atrasada como a do Nordeste.

A industrialização, por exemplo, era vista como um real instrumento capaz de ajudar o estado a superar os seus graves problemas sociais e econômicos, por esta razão a qualificação para o trabalho teve

⁵ O Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora governou o Ceará por duas vezes. Sendo o 42º Governador do estado do Ceará, exerceu o seu primeiro mandato no período de 1963 a 1966 e o segundo mandato, o 48º desse Estado, de 1979 a 1982. O Coronel Virgílio foi o quarto governador a se eleger de forma indireta, após o golpe militar de 31 de março de 1964. Segundo Vieira (2007), algumas modificações ocorrem na sua gestão, de 1963 a 1966, que é assinalada pelo início do regime militar de 1964 o que, sem dúvida, constitui um aspecto diferenciador em relação aos seus antecessores. Foi habilidoso líder político. Em moldes semelhantes aos anos do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, propõe um Plano de Metas Governamentais (PLAMEG 1), que contempla medidas políticas, administrativas e fiscais a serem praticadas pelo estado do Ceará. A obra estrutural de maior importância é a transposição da energia da hidrelétrica de Paulo Afonso para o Estado. Destacam-se a criação do polo industrial do Município de Maracanaú e o estímulo à implantação de muitos projetos industriais com o apoio da SUDENE.

uma atenção visível. Assim Virgílio buscou colocar o Ceará no vetor da modernização.

Porém afirma Melo que:

Cerca de 70% da população do Ceará não sabia ler ou escrever, das 720.000 crianças em idade escolar dos 7 aos 14 anos, 480.000 não estavam matriculados. A situação mais grave era nas áreas rurais, dos 480.000 em idade escolar, somente 120.000 estavam matriculados. Ou seja, 66% das crianças não tinham escola, 11% estavam matriculados na rede estadual, 18% em escolas municipais e 5% nas escolas particulares. Ao mesmo tempo, enquanto o estado necessitava de 18.120 professores primários só existiam 3.821 (PLAMEG, 1963), embora, segundo constatação da equipe que fazia o levantamento de lotação dos professores, “Sobravam Professoras” geralmente apadrinhadas de chefes políticos. (MELO, 2006, p. 6).

Uma das experiências mais dilacerantes do serviço público cearense era a utilizada para o ingresso do servidor: o apadrinhamento político. A educação do estado do Ceará sofreu muito com essa prática, apesar do discurso de modernização da máquina pública, proferido pelo governante. Conservadorismo e Modernização formam os dois pilares presentes na época da existência da comissão de educadores do “Livro da Professora”, proposta de uma educação voltada para o diálogo envolvendo todos os que compunham a escola ou de alguma forma estavam inseridos no processo educativo.

O estado do Ceará, assim como o resto do país, tinha que conviver agora com as consequências do golpe militar. A educação passaria por transformações que afetariam a escola em seu cotidiano, a partir da estrutura curricular. A legislação educacional por sua vez exaltaria o sentimento nacionalista, sublinhando o ideário

desenvolvimentista apregoado pelo Regime Militar (FARIAS, 2009).

Em abril de 1973, o Brasil tinha como Presidente Emílio Garrastazu Médici e o estado do Ceará como Governador o Coronel César Cals de Oliveira Filho. Nesse mês foi lançado currículo de 1º Grau da Secretaria de Educação do Estado, que tinha à frente o Coronel Murilo Waldeck Menezes de Serpa. O referido currículo determinava os métodos, objetivos e conteúdo que deveriam ser ministrados da 1ª. à 8ª série. Tudo em consonância com a Lei 5.692/71, promulgada em 11 de agosto de 1971, que regulamentou o ensino de primeiro e segundo graus. Essa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tratou, dentre outras questões, de ampliar a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, ligando o antigo primário com o ginásial, eliminando o exame de admissão e criando a escola única profissionalizante. Várias resoluções foram publicadas com o objetivo de regulamentar nuances que não foram alcançadas pela nova LDB (FARIAS, 2004).

As discussões sobre a implantação do novo currículo não contemplavam os professores da rede estadual de ensino, que não foram convidados para contribuir com suas ideias e visões acerca da educação a ser ministrada ao jovem cearense. Assim como no “Livro da Professora”, foi convocada uma comissão de notáveis, porém defendendo princípios e métodos educacionais conflitantes com o projeto anteriormente descrito. Era notório o interesse do governo em defender o projeto desenvolvimentista e assegurando a valorização da ideologia da Segurança Nacional. Observamos o que dizem os objetivos gerais do currículo Currículo de 1º. Grau elaborado pela Secretaria de Educação do

estado do Ceará:

Ao terminar as oito séries do 1º. Grau, o aluno deve ser capaz de: Integrar-se à sua Comunidade, sentindo-se um elemento responsável e participante no desenvolvimento do Estado, do País e do Mundo, tendo em vista os princípios da solidariedade humana.

Outra característica dessa reforma diz respeito à exagerada preocupação com a disciplina de História, sendo considerada a mais atingida pelo estado autoritário. Valorizando heróis, principalmente os militares, datas e fatos do passado, a referida disciplina deveria excluir o que não estivesse de acordo com o pensamento daquele momento da História do país e do Ceará, evitando conflitos de classe, buscando realizar uma harmonia que não seria tão fácil diante da realidade contraditória vivenciada.

Evidenciando um incentivo ao estudo das biografias dos heróis nacionais, as Disciplinas de Estudos Sociais e Moral e Cívica destacavam figuras como a do Presidente Médici, Costa e Silva, Duque de Caxias, Marechal Deodoro da Fonseca,

Marechal Castelo Branco, cearense famoso, e outros. Como não poderia ser diferente, a “Revolução de 1964” recebia destaque, pois significava a recuperação do processo histórico harmonioso, tentando imprimir a ideia de que o país caminhava no rumo certo com a colaboração de um povo vocacionalmente pacato e ordeiro. Uma ideia que deveria ser repassada para os estudantes que, por sua vez, deveriam sentir-se herdeiros dessa passividade aceitando a ordem e a disciplina que estavam naquele momento sob a responsabilidade das Forças Armadas,

empenhada na proteção da ordem e da integridade nacionais. Essa propaganda recebia também o apoio dos meios de comunicação, das empresas públicas e privadas cearenses.

O estabelecimento dos Estudos Sociais em substituição à História e à Geografia causou um embaraço no cotidiano docente. Mesmo sendo instituído o que ensinar, não era definido o “como ensinar”, ficando a critério do professor a concepção de sua metodologia. Então o trabalho docente ocorria de forma permutável, ora com História, ora com Geografia. Os conteúdos eram ministrados de forma estanque fazendo com que os Estudos Sociais sofressem uma descaracterização, pois História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política não se interligavam. Os diversos conteúdos não tinham uma relação entre eles e as demais áreas dos Estudos Sociais. Resumiam-se em um conjunto de informações que os alunos deveriam decorar sem uma reflexão crítica do que estavam estudando.

Chama a atenção também o material pedagógico utilizado sobre a industrialização do país. Mostrava uma contradição percebida da visão dos seus elaboradores. O material utilizado não conseguia, por exemplo, fazer menção às atividades industriais desenvolvidas no restante do país se detendo a focar esses aspectos apenas referentes às regiões norte e nordeste, mesmo sabendo que existia uma preocupação do governo em sublinhar a industrialização como algo capaz de reforçar a ideologia do desenvolvimentismo.

A bibliografia utilizada não contemplava temas como a morte dos índios em virtude das entradas e bandeiras; a Conjuração Baiana, a

Cabanagem e a Balaiada; ficava de fora também o estudo sobre o Quilombo dos Palmares. Enfim, O currículo descartava qualquer alusão a conteúdos que suscitassem a participação popular. Os livros didáticos tinham o papel de reproduzir as determinações do Conselho Federal de Educação e da Comissão Nacional de Moral e Cívica, órgão responsável também pela aprovação desse material didático.

De acordo com Melo,

Nem mesmo a bibliografia utilizada para a elaboração do programa escapava do autoritarismo da Ditadura Civil-Militar. Dos 35 livros utilizados no programa de Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica, cinco são de autoria do então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. No ensino de Educação Moral e Cívica, além das atividades sugeridas pelo Conselho Federal de Educação, a disciplina tinha por objetivo preparar para a obediência à Lei, a fidelidade ao trabalho e a integração na comunidade.

Para a construção do cenário educacional descrito aqui, o estado do Ceará contou com a colaboração de diversos ilustres que de uma forma ou de outra se destacaram no âmbito local ou nacional, na construção da cultura cívica: Antonieta Cals, irmã do Governador César Cals, exerceu a função de assessora do governo durante a elaboração do currículo conservador e autoritário. Valnir Chagas, participante da Comissão de Virgílio Távora na elaboração do Plano de Metas do Governo/PLAMEG, que originou o “Livro da Professora”, participou da elaboração da Lei de Diretrizes, 5692/71, além de exercer a função de relator dos diversos pareceres publicados durante o período do presidente general Médici, inclusive os que determinavam os conteúdos das diversas disciplinas assim como os pareceres que legislavam sobre os conteúdos da disciplina

de Educação Moral e Cívica, como disciplina obrigatória, e a Comissão Nacional de Educação Cívica (MELO, 2006).

Outro importante personagem dessa época é o Professor Antônio Martins Filho, considerado uma figura de destaque no cenário educacional cearense. Professor do Liceu e de outras escolas de Fortaleza, formou -se em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará. Fundador da Universidade Federal do Ceará, exerceu o cargo de Reitor por doze anos. Mesmo aposentado, no ano de 1974 foi o responsável pela fundação da Universidade Estadual do Ceará e pela Universidade Regional do Cariri-URCA. Durante treze anos, foi membro do Conselho Federal de Educação, durante o período da ditadura militar.

E, por fim, a escritora Rachel de Queiroz, de renome nacional como tradutora, escritora, romancista, jornalista e cronista. Reconhecida pela sua ficção social nordestina, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. A escritora era considerada uma celebridade na sociedade cearense. Com apenas vinte anos, publicou o romance “O Quinze”, abordando a severa realidade dos retirantes nordestinos. Situação vivenciada por ela própria, pois se mudara para o Rio de Janeiro, fugindo das consequências da seca no ano de 1915.

Ainda muito jovem, Raquel de Queiroz iniciou uma relação com integrantes do Partido Comunista, quando começa a sua militância política, participando inclusive da fundação do Partido Comunista no Ceará. Casa-se em 1932 com o poeta José Auto da Cruz Oliveira. No ano de 1935, muda-se para Maceió e passa a se relacionar com outros escritores, como Graciliano Ramos, Jorge de Lima e José Lins do Rego.

Com o advento do estado Novo, os livros produzidos por ela e por esses escritores são queimados na Bahia, tendo como explicação o caráter revolucionário implícito neles. No ano de 1937, a escritora é presa, acusada de apoiar a facção marxista da corrente de Trotski.

Essa figura de notável inteligência apóia o golpe militar de 1964, época em que integra o Conselho Federal de Cultura e o diretório nacional da Aliança Renovadora Nacional-ARENA, o principal partido político, o que dá sustentação ao regime militar. É indicada pelo amigo particular, o Marechal Castelo Branco para representar o Brasil na ONU e convocada para escrever vários livros de Educação Moral e Cívica e diversas crônicas cívicas harmoniosas com o estado Militar.

Segundo Farias (2009), na década de 1980, ocorreram diversos movimentos que fortaleceram o debate acerca das Disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), decretando o fim das referidas Disciplinas e restituindo o ensino de História. No caso da Disciplina de OSPB ocorreu que o governo militar tinha se apropriado da ideia do Educador Anísio Teixeira para difundir a doutrina de segurança nacional do regime ditador. Por mais contraditório que possa parecer, foi o célebre educador Anísio Teixeira quem, no governo de João Goulart, incluiu OSPB no currículo. Anísio Teixeira era Ministro da Educação no ano de 1962. A sua ideia era, através da referida Disciplina, tornar viável a todos os estudantes o conhecimento das leis e de outras questões políticas, e dessa forma contribuir para um rico debate em que o povo podia dar a sua contribuição.

Nesse período ocorre o processo de redemocratização do país e, no ano de 1985, tem início no estado do Ceará um movimento político-econômico que foi denominado de mudancismo, uma forma de se contrapor ao coronelismo implantado no Estado (1968-1986). Teve como principal expoente o Empresário-Industrial e atualmente Senador da República Tasso Ribeiro Jereissati que liderou a chamada era “Tasso” durante o período de 1986-2002. Nesse tempo Tasso esteve à frente do Governo do estado por 12 anos (de 1990-1994 o governador foi Ciro Ferreira Gomes, na época, seu aliado). Foram implementadas várias reformas no Estado: a Administrativa e Fiscal, no período de 1986-1990; a da Saúde, no período de 1986- 1990; a de Infraestrutura e Privatizações, no período de 1991-1999 e a Educacional, no período de 1995-2000.

Os anos noventa da educação cearense foram movimentados com a reforma curricular implementada no ensino médio, que teve como característica a concessão de um grau de autonomia considerável às escolas da rede estadual do Ceará. Segundo a Professora Dagmar Maria Leopoldi Zibas, ela foi apoiada em conceitos como a interdisciplinaridade e a contextualização, conceitos que vieram associados à minimização do ensino de conteúdos e ao privilégio do desenvolvimento de competências básicas, principalmente aquelas exigidas pela produção. O deslocamento do eixo de todo o processo escolar da centralidade do professor para o protagonismo do aluno e a insistência em métodos ativos também são características da proposta oficial (ZIBAS, 2003).

Ainda, segundo a autora, essas iniciativas oficiais tinham uma relação com entidades internacionais como o Banco Mundial (WORLD

BANK, 1989) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal (1992). O que vale aqui destacar é que a reforma, no Ceará, não foi induzida integralmente pelo governo federal, mas teve, também, uma vinculação direta com movimentos de abrangência global, uma vez que as autoridades estaduais tinham bom trânsito (inclusive quanto à obtenção de empréstimos) junto a organismos multilaterais. (ZIBAS, 2003). Assim como São Paulo e Minas Gerais e Paraná, a Secretaria da Educação do Ceará apresentou-se como implementadora de políticas educacionais vinculadas a organizações internacionais.

Na década de 90, mesmo antes de ser promulgada a LDB, o estado do Ceará, através do documento “Todos pela Educação de Qualidade para Todos”, publicado no ano de 1995, iniciou um processo de reestruturação da Secretaria de Educação Básica (SEDUC) e os órgãos intermediários. Neste documento foi possível observar as concepções de autonomia e gestão democrática defendida pelo órgão governamental.

A instituição da eleição para diretor, após o êxito nas provas de conhecimentos e títulos; a seleção dos dirigentes regionais (coordenadores dos Centros de Desenvolvimento da Educação - CREDEs) através de prova escrita e prova de títulos; a formalização e o fortalecimento do Conselho Escolar e do Grêmio estudantil; os concursos públicos para professores em todas as áreas do conhecimento. Foram ações capazes de difundir a ideia de que certas estruturas patrimonialistas presentes na educação cearense passariam por mudanças, tendo em vista a superação das práticas de indicação por políticos para ocupar diversos cargos presentes na estrutura educacional do Ceará.

O sistema de avaliação também foi beneficiado com a implementação de uma tecnologia mais moderna que deu confiança às pesquisas realizadas. Dessa forma, as estatísticas educacionais passaram a constituir material importante nos encontros pedagógicos em todas as escolas, envolvendo toda a comunidade que tem a oportunidade de conhecer a realidade do trabalho da escola presente em sua localidade. Um dado importante é que os docentes também passaram a considerar os resultados das avaliações externas e, a partir dos planejamentos pedagógicos, delinearam ações para uma melhor qualidade no cotidiano da sala de aula.

O Sistema Permanente da Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), criado em 1992, é responsável pela construção de subsídios importantes para a tomada de decisão por parte dos governantes do estado do Ceará. Essa avaliação realizada anualmente envolve as unidades escolares públicas estaduais e municipais. Avalia os alunos da Educação Básica, desde a Alfabetização até o Ensino Médio. Esse sistema é capaz de fornecer dados importantes para as Secretarias Municipais de Educação, assim como ocorre com a Secretaria Estadual. Todos os programas e projetos educacionais utilizam os dados colhidos que são interpretados e utilizados na formulação de novas propostas que, depois de discutidas, são implementadas com o objetivo de melhorar a qualidade das escolas cearenses. Disponível para todos, os dados da referida avaliação externa subsidiaram estudo sobre as ações presentes no projeto político pedagógico da escola, levando a comunidade a reavaliar, manter ou reformular as que necessitam.

Segundo o Professor José Teodoro Soares (2009), com o objetivo de assegurar as mudanças pensadas para aquele momento, o governo tratou de reformar várias escolas de sua rede de ensino médio. A partir de empréstimos internacionais avalizados pelo Governo Federal, as escolas receberam também material para bibliotecas assim como os primeiros equipamentos de informática e diversos materiais pedagógicos em vídeo, constituindo assim o local designado de centro de multimeios. Nessa época, também foram construídas as escolas denominadas de Liceus, em alguns municípios cearenses. No total de dezoito escolas, sendo três na capital, Fortaleza.

Nos anos 2000, ainda na era “Tasso” (1986-2002), a Secretaria de Educação do estado do Ceará detectava a existência de 48% de alunos analfabetos funcionais entre 7 e 8 anos, uma taxa de abandono – do 1º ao 9º ano da rede de ensino fundamental de 9,94% e o indicador de distorção idade-série de 57,50%. Um pouco dessa herança foi deixado para o Governo seguinte, do médico Lúcio Alcântara (2003-2007).

Esse governo não representou para a Educação do Estado, grandes avanços assim como não foi detectada uma regressão na qualidade do ensino cearense. Merecem destaque o programa amplo de educação de adultos, o concurso para professor das diversas disciplinas do currículo e a implantação do prêmio para as 50 melhores escolas, de acordo com a avaliação do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará). Todos os envolvidos com a unidade escolar eram premiados com o décimo quarto salário. Essa premiação era recebida com muito entusiasmo por parte dos professores, funcionários

administrativos e também pelo pessoal auxiliar.

No começo dos anos 2000, o Município de Sobral⁶ iniciou um plano de ação voltado para a educação que chamou a atenção das autoridades ligadas à área.

Aquele município convivia com um grave problema de analfabetismo na rede pública de ensino. No final do ano 2000, mais de 40% das crianças com oito anos de idade concluíam a segunda série sem a habilidade de ler e escrever. O plano de gestão educacional implementado pela administração municipal direcionou a sua fetaivação na erradicação do analfabetismo, na diminuição da evasão escolar, na valorização do professor e no processo seletivo dos diretores das escolas baseado na meritocracia.

Ações como a produção do próprio material a ser entregue às crianças, a promoção da formação continuada dos professores, a criação do bônus salarial para os professores que trabalhassem nas salas de aula de alfabetização, a promoção da integração entre os funcionários

⁶ Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais: a experiência de Sobral/CE. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 171 p. : il. – (Série Projeto Boas Práticas na Educação ; n. 1). Relata a experiência desse município cearense que passou a ser estudada e propagada em diversas regiões do país e fora do Brasil. A melhoria dos índices educacionais tem sido, nos últimos anos, uma preocupação das redes de ensino, que através dos sistemas de avaliação educacional buscam implementar a melhoria da educação. Sobral, no Ceará, teve destaque pelo conjunto de ações e metas implementadas. Podemos sublinhar o estabelecimento dos 10 princípios direcionados à prática pedagógica envolvendo a rotina da sala de aula. Monitorando as deficiências e registrando os avanços dos indicadores educacionais a Secretaria Municipal de Educação de Sobral conseguiu em 2014 alcançar o índice 95,8 de crianças alfabetizadas aos sete anos de idade.

envolvidos com o processo de aprendizagem nas escolas e as metas propostas pela Secretaria de Educação, além da intervenção e monitoramento sistêmico em todas as dimensões na rede educacional do município, foram decisivas para que Sobral apresentasse durante os últimos anos excelentes índices educacionais, comprovados pelos números do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que aumentam ano a ano, fazendo

com que Sobral já tenha superado a meta nacional para o ano de 2021, que é 6,1 pontos (a nota do IDEB é medida de zero a dez).

Essa realidade inspirou, no ano de 2007, a criação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) no estado do Ceará. Naquele ano, segundo a Secretaria da Educação Básica do estado do Ceará, 39% das crianças de 7 anos eram analfabetas ou alfabetizadas de forma incompleta. Dessa forma, foi instituído como objetivo inicial a realização da alfabetização das crianças até o segundo ano do ensino fundamental em todos os 184 municípios. Desses, apenas 15 apresentavam o nível adequado de alfabetização, entre eles Sobral.

O referido programa, que também inspirou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) do Governo Federal, é oriundo do trabalho realizado pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, criado pela Assembléia Legislativa do estado do Ceará, pela ação do deputado Ivo FerreiraGomes, irmão do Governador, no ano de 2004. O Comitê era composto por diversas entidades, como a Assembleia Legislativa, UNICEF, UNDIME/CE, APRECE, INEP/MEC e pelas Universidades Cearenses como UECE, UFC, UVA, URCA e

UNIFOR.

Uma pesquisa realizada pela Assembleia Legislativa sobre a situação da alfabetização no Ceará revelou que as crianças das escolas cearenses estavam chegando à 5ª série sem saber ler e escrever. O resultado também levou o Comitê a realizar sete audiências públicas e dois seminários internacionais sobre alfabetização. A partir daí, o Governo do estado do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica, elaborou e implantou o Programa.

Em maio daquele ano, o Governador do estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, recebeu o Ministro da Educação para apresentar as metas do PDE. Na ocasião, recepcionou também os cento e oitenta e quatro prefeitos do estado que aderiram ao Compromisso Todos pela Educação, momento em que foi lançado o Programa Alfabetização na Idade Certa, destinado às crianças até sete anos de idade, com o objetivo de fortalecer aprendizagens ligadas à leitura e escrita. O Programa contava com cinco eixos fundamentais: educação infantil, gestão pedagógica da alfabetização, formação do leitor, gestão municipal de educação e avaliação externa.

Notava-se claramente que alguns benefícios começavam a aparecer através do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE – desenvolvido com a filosofia de gerar autonomia dos estabelecimentos escolares e dessa forma fomentador da gestão participativa. Com a participação do Conselho Escolar, a elaboração do PDE nas escolas contou com a participação efetiva da comunidade para que fossem instituídos os Padrões Básicos de Funcionamento (PBF) e os Padrões de

Atendimento (PAT), documentos que garantiriam as prioridades nos investimentos, ou seja, mediante as necessidades básicas detectadas. Após estabelecidas pelas escolas, os planos eram enviados às CREDE's que por sua vez elaboravam o Plano de Desenvolvimento Regional. A fase seguinte era a composição dos projetos de investimento por parte da Secretaria da Educação Básica no denominado Plano de Expansão e Melhoria do Ensino Médio. O referido plano contemplava tanto a construção e reforma de prédios, a implantação e controle dos parâmetros curriculares, como a capacitação de gestores.

Para Dagmar Zibas,

A palavra de ordem era fortalecer a gestão das escolas, aproximando-as dos princípios da administração privada. Para tanto, o diretor foi designado como líder de um grupo (o grupo gestor), constituído de coordenador pedagógico, coordenador de gestão (na verdade, encarregado dos contatos com a comunidade), o coordenador financeiro (que não pode ser professor, mas ter formação em área de administração, contabilidade ou finanças) e secretaria. A equipe é escolhida pelo diretor entre candidatos também selecionados pela SEDUC. O grupo era incentivado a não contar apenas com recursos do Estado, mas a procurar fontes alternativas de financiamento (parcerias com empresas, por exemplo). Por outro lado, a estrutura pedagógica também foi reforçada, com a introdução da função de coordenadores de áreas, que são professores que dedicam parte de sua carga horária para orientação de trabalho coletivo de colegas de disciplinas afins. (ZIBAS, 2010, p.5)

No ano de 2008, enquanto a Região Nordeste apresentava um quadro em que figurava 50% de analfabetos, o estado do Ceará, em quinto lugar, apresentava uma taxa de analfabetismo de 26,5%, segundo INEP/MEC. Para o Teórico e Professor José Teodoro Soares, outro tipo de analfabetismo se evidencia entre a população cearense, o

analfabetismo funcional. Ele explica que esse tipo “inclui todas as pessoas com 15 anos ou mais de idade e com menos de quatro séries de estudo concluídas” (SOARES, 2009). Também, em 2008, a taxa de analfabetos funcionais no Estado do Ceará era de 36%, característica que, segundo Soares, contribui fortemente para o atraso do seu desenvolvimento. Vale lembrar os inúmeros estudos que demonstram cabalmente o impacto e a importância da educação na melhoria da produtividade, na competitividade, além dos benefícios individuais e coletivos para qualquer grupamento social (SOARES, 2009, p.79).

Como sabemos, a educação é um direito fundamental e na contemporaneidade, além de ajudar no crescimento pessoal, fornece elementos para o desenvolvimento de um país quando garante o desenvolvimento cultural, social e econômico das pessoas. Pode ser considerada uma forma também de garantir a igualdade social e a preparação para a vida. Assegurar um emprego e aumentar a renda individual é outro objetivo que tem valorizado muito a Educação nos últimos tempos. Objetivo esse que vive em sintonia com a sociedade capitalista atual.

Pela razão acima explicitada, o estado então contribuiu com a formação de pessoas para o mercado de trabalho. No Período Imperial (1822 a 1889), D. João VI criou o Colégio das Fábricas; na República Velha (1889 a 1929) os governantes se empenharam em formar operários para a atividade profissional em diversos lugares do país; na República Nova (1930 a 1936) a Reforma Francisco Campos (1931) na educação, foi capaz de estabelecer diversas medidas no ensino secundário do país.

Todas as suas ações se articulavam com a ideia de formar discentes secundaristas produtivos e sintonizados com a sociedade capitalista que se fortalecia no Brasil, nos anos de 1930; durante o Regime Militar brasileiro (1964 a 1985) ocorreu a obrigatoriedade do ensino profissional no então denominado 2º grau.

Atualmente, a formação profissional também ocupa um lugar de destaque nas políticas governamentais ligadas à educação. Atualmente, muito se tem falado na formação integral do discente, como forma de se estabelecer um processo educativo em que esteja presente o desenvolvimento do aluno nas diversas dimensões do seu ser. A formação profissional nos é apresentada como elemento dessa formação integral que, na visão de Ivo Tonet resguarda uma limitação vigente na sociedade em que vivemos, tendo em vista que é impossível uma autêntica formação humana em uma sociedade regida pelo capital.

Se definimos a formação humana integral como o acesso, por parte do indivíduo, aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro do gênero humano, então formação integral implica emancipação humana. Vale dizer, uma forma de sociedade na qual todos os indivíduos possam ter garantido esse acesso. Porém, uma tal forma de sociedade requer, necessariamente, um tipo de trabalho que tenha eliminado a exploração e dominação do homem pelo homem. Somente uma sociabilidade baseada nessa forma de trabalho poderá garantir aquele acesso (TONET, 2008, p. 88-89).

Analisando o Censo Escolar de 2011, podemos observar claramente a expansão da educação profissional no estado do Ceará.

Sublinhando as modalidades de educação profissional concomitante e a subsequente ao ensino médio, detectamos que o aumento foi de 7,4%, o que corresponde ao atendimento de aproximadamente um milhão de estudantes. Já na modalidade de ensino médio integrado, o número de matrícula foi de 1,3 milhão de alunos (INEP, 2011). Tendo como base o ano de 2007, que apresentava uma matrícula na educação profissional de 780.162 e, em 2011, 1.250.900, verificamos o crescimento de 60% nesse interstício (INEP, 2011). Nesse período, o curso de Enfermagem foi o mais procurado na rede privada, com 22%, enquanto na rede pública, o curso de Informática, com 13% da demanda total.

Nas escolas federais instaladas no estado do Ceará, destacaram-se os cursos de Agropecuária e Informática, detentores de 13% e 12% dos alunos, respectivamente (INEP, 2011). Essa rede foi a que teve mais expansão. O Censo revelou também que a participação da rede pública tem um crescimento considerável representando 53,5% das matrículas (INEP, 2011). A decisão de implantar de forma progressiva as escolas com ensino médio profissionalizante tem transformado a realidade educacional de vários municípios do estado do Ceará.

A iniciativa do Governo do estado do Ceará de fundar a Escola de Ensino Médio Profissionalizante tem como marco inicial o ano de 2008. Nesse ano, registramos a implantação de 25 escolas dessa categoria. Seis unidades sediadas em Fortaleza e dezenove em outros municípios. No ano de 2009, 26 escolas implantadas; em 2010, 8 escolas; no ano de 2011 foram 18 unidades escolares inauguradas. Em 2012 e 2013, foram 15 escolas construídas, totalizando 92 EEEP's até esse

período, em 74 municípios cearenses. (CEARÁ, SEDUC, 2013). Atualmente são 115 unidades, construídas em diversos municípios cearenses.

Cumprindo as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passou a ser prioridade dos Estados a oferta do Ensino Médio. Assim como ocorreu em diversos Estados da Federação, o Ceará registrou um crescimento considerável nos últimos anos no que se refere à matrícula de alunos nesse nível de ensino.

Segundo a Secretaria da Educação do estado do Ceará, dois fatores se destacam como elementos determinantes para o avanço no número de matrículas registrado nesse Estado. O primeiro é o processo de universalização ocorrido no ensino fundamental que mudou o perfil do número de matrículas registradas nos 184 municípios e que efetivou um aumento notável da demanda do ensino médio. O segundo fator se refere à crescente valorização do ensino médio no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, temos observado também a expansão das tecnologias de informação e comunicação assim como do ensino a distância. A inserção de tais elementos no processo educativo proporcionou mudanças radicais na forma como passamos a conceber o diálogo, a construção do conhecimento, a transmissão de experiências e valores. O estado do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica, já no ano de 1974, observou a constituição dessa realidade e investiu no ensino a distância como uma forma de democratização da educação. O ensino usando a televisão como elemento básico do processo foi instituído pelo Governo do estado do Ceará naquele ano, inicialmente para 4.139

alunos distribuídos em regiões próximas à capital do estado, atingindo, no ano de 2000, aproximadamente 196.000 alunos, matriculados em salas de telensino em todo o Estado.

Segundo a Secretaria da Educação Básica do estado do Ceará, era agarrantia, através de um projeto pedagógico que incluía aulas de boa qualidade pedagógica, da formação integral e cognitiva do aluno e principalmente a formação de sua cidadania, trabalhada através da inclusão de temas de caráter social inseridos em todas as disciplinas, revestidos de uma metodologia rica em participação e discussão, fazendo-o refletir e traçar os seus próprios pontos de vista. O material didático constituía-se nos manuais de apoio e cadernos de atividades. Segundo a Secretaria de Educação, a cada ano eram impressos e distribuídos para a rede escolar cerca de 800 mil exemplares, uma despesa anual de aproximadamente dez milhões de reais garantida com recursos próprios do Estado. Os livros podiam ser utilizados por outros alunos nos anos seguintes, cabendo ao orientador de aprendizagem e ao aluno a responsabilidade do bom uso, o que proporcionava o gasto de menos dinheiro na impressão de novos livros e o posterior investimento em outras prioridades.

Os aspectos quantitativos foram logo percebidos, porém os padrões de qualidade não foram compatíveis com essa expansão. De maneira geral, o ensino público passou por um processo de deterioração de suas condições de funcionamento. A transmissão do conhecimento foi depauperada, o trabalho fragmentado, o professor desprestigiado e os salários dos profissionais da educação rebaixados. Como consequência,

foi desaparecendo o respeito por essa escola, que foi deixando de assumir o seu papel como elemento de construção da cidadania.

Quando analisamos as ações educacionais implementadas pelo governo do estado do Ceará nos último 23 anos, observamos as diferentes políticas, projetos e programas educacionais que procuram mudar o cotidiano de nossas escolas, tendo sido mencionada a criação das escolas profissionalizantes. Outro projeto que tem encontrado o apoio da sociedade cearense é o Projeto Professor Diretor de Turma, apresentado pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação no seu 28º Encontro, realizado no estado do Ceará, no ano de 2007. Nesse evento foram mostradas as características principais dessa ação desenvolvida nas escolas públicas de Portugal, onde surgiu na década de 1970.

Sendo utilizado em escolas públicas e privadas daquele país, tem como objetivo a consolidação da comunicação e integração entre a escola e a família e entre todos os professores e alunos de uma mesma turma, o projeto se mostrou eficaz na contemplação dos objetivos pensados.

Assim, a coordenação das atividades do conselho de turma é realizada pelo Diretor de Turma, o qual é designado pela direção executiva entre os professores, com ênfase em um docente de área específica, sem prejuízo de outras competências fixadas na lei portuguesa. Ao Diretor de Turma compete favorecer a articulação entre os professores, alunos, pais e encarregados de educação, com o objetivo de promover o trabalho cooperativo entre professores e alunos tendo como alvo a adequação de estratégias e métodos de trabalho, com caráter

curricular e avaliativo, levando em consideração as especificidades do docente. O Diretor de Turma exerce um papel de suma importância no ambiente escolar pois se transforma em um mediador entre a docência e a gestão, coordenando um grupo de professores, e ao mesmo tempo, colaborando com a gestão escolar, sobretudo na vertente, pedagógica.

No estado do Ceará, os municípios de Eusébio, Madalena e Canindé implementaram essa experiência como forma de plano-piloto. A rede estadual de ensino iniciou, em 2009, a implantação do Projeto em escolas de ensino profissional, posteriormente, em 2010, nas escolas de ensino regular, iniciando com turmas de 9º ano e consecutivamente em turmas de 1ª série do ensino médio, até implementá-las nas demais séries desse nível de ensino.

O ano de 2010 foi importante para o futuro do Projeto, tendo em vista que a Secretaria da Educação do Estado realizou encontros com o objetivo de avaliar o impacto do referido Projeto no cotidiano da escola. O resultado foi considerado positivo, sendo essa a avaliação da equipe da Secretaria de Educação do estado tendo como referência os encontros realizados nas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação em todo o estado.

Os Coordenadores Regionais do Projeto avaliam como promissor o impacto causado nas escolas estaduais. Essa constatação advém do contato que os coordenadores têm com as escolas sob sua supervisão e orientação. Os relatórios enviados à Secretaria de Educação do estado indicam que existe uma satisfação das unidades escolares tendo em vista os efeitos positivos que ele gera quando é implementado com

responsabilidade e dedicação da equipe gestora, assim como o professor que aceita o desafio de desenvolver tal ação na escola.

No âmbito das renovações didáticas ocorridas nas escolas cearenses apresenta-se óbvia a necessidade de a instituição escolar ser o canal capaz de inserir as novas linguagens comunicacionais no contexto do seu trabalho escolar devido à sua importância nas novas formas de ensinar e de aprender, considerando a possibilidade inadiável de transformar os sujeitos em partícipes da sociedade contemporânea que tem como forte característica as influências geradas pela globalização.

A implantação dos Laboratórios Escolares de Informática nas escolas da rede estadual do Ceará representou um marco na forma como os docentes passaram a conceber o trabalho docente. Algumas formações ocorreram nos últimos anos possibilitando que o professor tenha o referido recurso didático como um grande aliado no processo de ensino-aprendizagem.

Se olharmos em nossa volta, é fácil percebermos que o uso da internet é responsável pela mudança da vida de muitas pessoas pelo fato de estar intimamente integrado com a vida cotidiana. A contemporaneidade nos mostra que várias decisões acerca da vida das pessoas estão ligadas aos diversos utilitários e hoje não mais podemos compreender uma vida em que não estejam presentes o computador e a internet. Toda essa dinâmica na vida das pessoas tornou o jovem mais criativo e capacitado para utilizar as mídias em sua vida, principalmente nos momentos lúdicos e de entretenimento.

O processo de absorção e adaptação inerente às novas

tecnologias é capaz de gerar conhecimento, juízo de valor, criatividade e outras características nos indivíduos. A aquisição de valores, além da mudança de atitude e comportamento, pode ser considerada se levarmos em consideração que tarefas difíceis se tornam agradáveis e dinâmicas, facilitando o envolvimento do indivíduo com a máquina e com a rede de informação.

A prática da criação de projetos escolares usando as tecnologias possíveis na escola se coaduna com a ideia de que uma das características que sempre estiveram presentes no trabalho docente é a necessidade de o profissional reconhecer as mudanças constantes e inerentes à sociedade. No mundo contemporâneo, uma dessas mudanças está relacionada aos avanços das tecnologias de informação e comunicação - TICs, principalmente à internet, responsável pela compilação de vasto conhecimento, contribuindo substancialmente para a mudança dos paradigmas de ensinar e aprender.

Segundo o Professor José Manuel Moran, da Universidade de São Paulo, “muitas formas de ensinar hoje não se justificam mais. Perdemos tempo demais, aprendemos muito pouco, nos desmotivamos continuamente”. Para o teórico, professores e educandos têm a clara sensação de que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas. As indagações então ganham espaço para que se encontrem formas didáticas eficazes na prática docente nas escolas.

Em uma sociedade interconectada como a atual, a única saída é a correta adaptação dos programas curriculares às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado. A ideia

pedagógica vigente é que as escolas transformem a sala de aula em uma comunidade de investigação. A flexibilidade espaço temporal, pessoal e de grupo é exigência do processo de ensino e aprendizagem atual que deve estar alinhado com a concepção de que menos conteúdos fixos e processos mais abertos de pesquisa e de comunicação geram maiores e melhores possibilidades de um trabalho docente.

A extensão da informação e a variedade das fontes de acesso geram uma inquietação docente devido à necessidade de aprofundamento e compreensão dessas informações. O desafio que se desenha está no processo de seleção das informações mais significativas para nós e conseguir integrá-las dentro da nossa mente e da nossa vida.

A Cada dia, temos a certeza de que a aquisição de informação e dados dependerá cada vez menos do professor, se levarmos em conta que as tecnologias trazem dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. Então, segundo Moran, “o papel do professor - o papel principal - é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los”.

Podemos entender que, ao nos posicionarmos sobre esse tema, não se estabelece que devemos substituir o quadro e outras formas consideradas tradicionais abrupta e definitivamente por recursos tecnológicos, mas uni-los para que a aprendizagem seja mais eficaz, uma vez que ensinar com as novas mídias será uma revolução, se mudarmos simultaneamente os paradigmas convencionais do ensino, que mantêm distantes professores e alunos. Caso contrário, conseguiremos dar um verniz de modernidade, sem mexer no essencial. A internet é um novo meio de comunicação, ainda incipiente, mas que pode ajudar-nos a rever,

a ampliar e a modificar muitas das formas atuais de ensinar e de aprender (MORAN, 2000, p. 63).

Neste contexto é inadmissível o não reconhecimento da função socioeducacional que as mídias apresentam na educação, pois a aquisição das informações e dos conhecimentos torna o indivíduo capaz de ver o mundo de forma diferenciada e como consequência se torna ser diferente. Eis uma grande oportunidade de tornar a escola interessante e integrada tendo a sua realidade como base para o seu projeto educacional reconhecendo seus limites e possibilidades.

Como afirma Apple, Michael W. (2006), se faz necessária “uma defesa consciente de uma perspectiva mais realista sobre a dialética da mudança social para que o ensino contribua com a preparação dos alunos com instrumentos políticos e conceituais para lidar com a realidade que devem enfrentar.”

Ao conectar a escola à internet, o Governo do estado do Ceará faz ver que está se tornou um recurso imprescindível na educação. Como recurso pedagógico, a internet tem sido cada vez mais aceita no cotidiano escolar. Por esta razão, Mercado (2006, p. 57) afirma: integrar a utilização da Internet no currículo de um modo significativo e incorporá-la às atuais práticas de sala de aula, numa aprendizagem colaborativa, poderá fornecer um contexto autêntico em que alunos desenvolvem conhecimento, habilidades e valores. Nesse contexto, as atividades propostas permitem aos alunos analisar problemas, situações e conhecimentos presentes nas disciplinas e na sua experiência sociocultural.

1.2 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU



Figura 01: Região do Vale do Curu

Fonte: <http://www.sganoticias.com.br/2011/04/municipioscomponentesitatiracaninde.html>.

São Luís do Curu localiza-se próximo à região litorânea do estado do Ceará. Um Município relativamente pequeno com 145km² e população de aproximadamente 15.000 habitantes. Possui, em sua rede de educação, 15 escolas que ser responsabilizam pelo Ensino Fundamental. Possui uma única escola de Ensino Médio, onde se desenvolveu a pesquisa do referido trabalho.

Nesse Município, o investimento em Educação tem sido um tema bastante discutido entre os profissionais da área e pelo Sindicato que abriga os servidores municipais. Os profissionais da educação reclamam

dos baixos salários e das condições de trabalho que não oferecem perspectivas para que se possa obter um resultado satisfatório na proficiência dos educandos.

Segundo Svendla Chaves:

Menos de 15% das escolas brasileiras têm um nível considerado adequado de infraestrutura e apenas 0,6% alcançam o padrão avançado. As deficiências primárias como falta de acesso à água e energia estão sendo resolvidas – cerca de 95% das instituições públicas contam com esses recursos –, mas o Brasil ainda está longe de oferecer espaços adequados de ensino para a maior parte de seus alunos.

Os professores apontam um cenário ruim no cotidiano escolar e descrevem que a presença de menos insumos educacionais em casa, aliado ao fato de muitos pais terem baixa escolaridade, acarreta problemas na formação educacional durante toda a vida escolar, ou seja, do ensino fundamental ao médio.

Algumas escolas apresentam uma infraestrutura precária. Na área urbana há escolas sem biblioteca e sem internet, além de más condições nas salas de aula. Nas escolas localizadas no âmbito rural são detectados problemas de abastecimento de água e outros, como saneamento básico. Esses problemas ocorrem em decorrência da ausência de infraestrutura básica de algumas localidades, que só serão resolvidos com uma ação intersetorial.

As escolas, de forma geral, buscam superar os indicadores educacionais que no momento são desfavoráveis, através de ações que vão desde intervenções planejadas no âmbito das coordenações pedagógicas de cada unidade escolar como nos planejamentos globais

envolvendo todas as escolas. Observa-se uma desigualdade nas condições das escolas situadas no município pesquisado. As unidades rurais e as unidades localizadas nas áreas mais pobres apresentam condições desfavoráveis.

Como resultado das reformas educacionais ocorridas a partir da década de 1990, as escolas do Município de São Luís do Curu passaram a ter maior autonomia em suas ações. A gestão dos seus recursos assim como as vertentes administrativa, financeira e pedagógica, passou a ser encarada como algo de importância ainda mais relevante neste cenário. Podemos perceber uma mudança no papel de todos os envolvidos com as instituições escolares, frente aos novos desafios enfrentados na escola pública.

O grande desafio das escolas - o que é ao mesmo tempo, uma missão - é fazer com que a proposta curricular adotada por ela atenda às necessidades da comunidade escolar. Essa realidade leva à procura incessante da construção, nas escolas do município, de uma proposta curricular moderna, interessante, responsável e exequível. As instâncias governamentais, o País e, principalmente, a comunidade urge por um modelo de currículo que seja capaz de tornar os educandos aptos a encarar de forma competente os desafios da sociedade atual. Tal realidade impõe aos agentes educacionais um constante fórum de discussão sobre as práticas docentes vigentes e a avaliação se coloca como elemento central por se tratar de um importante instrumento para o diagnóstico e a melhoria do processo educacional.

São reservados momentos de debate acerca do tema em questão

pois as concepções de avaliação no meio docente não são bem claras e definidas. As escolas, de certa forma, impõem, através dos regimentos, as normas de avaliação, porém entendendo que essa temática deva estar constantemente presente nas discussões docentes. Os resultados das avaliações externas vêm exercendo impacto para a reformulação das propostas pedagógicas e curriculares nas instituições de ensino pois têm um poder de influência muito positivo, dada a importância que presenciamos atualmente no que diz respeito aos desdobramentos dos resultados. Identificar os aspectos científicos da metodologia adotada na construção das avaliações faz todos compreenderem que não se trata apenas de simples testes de avaliação do nível dos educandos. Esse aspecto gera na instituição a consciência da responsabilidade que se tem na construção da Educação desse lugar.

O trabalho docente nas escolas da rede municipal de São Luís do Curu tem se realizado na perspectiva de entender o aluno como um ser capaz de ser responsável pela realização do seu conhecimento e, nessa perspectiva, a instituição é responsável pela preparação das condições necessárias. Para a consecução do seu mais importante objetivo, a escola necessita da efetivação do binômio mais recorrente nos últimos tempos: a permanência com sucesso. Nesse aspecto, a Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação conta com o apoio de um Projeto que emana da Secretaria de Educação do estado do Ceará, denominado PAIC, Programa de Alfabetização na Idade Certa.

Parece constituir uma unanimidade entre os docentes o fato de que a utilização de atividades envolventes, lúdicas e dinâmicas nas

diversas disciplinas está totalmente relacionada ao desenvolvimento cognitivo do discente. As disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática utilizam os mais diversos recursos e estratégias pedagógicas; e são essas as disciplinas contempladas pelo Programa mencionado.

Tanto o jogo como a própria instrução escolar representam o mesmo papel no que se refere ao desenvolvimento das habilidades e conhecimentos. Os teóricos afirmam que no processo de envolvimento do aluno com o jogo ocorre uma transformação de um processo interpessoal em um intrapessoal, tendo em vista que se considera que na ação do jogo ocorre um diálogo com ele mesmo, pois o outro é adversário. Em jogos em que não existe a figura do adversário, podemos compreender que, quando o adolescente executa a ação, ele desenvolve o pensamento abstrato, tão importante para o desenvolvimento de outras habilidades.

CAPÍTULO 3

A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA

1. A ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA

Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva é sediada à rua Rochael Moreira, número 101, no Município de São Luís do Curu, estado do Ceará. Situa-se na saída da cidade para algumas regiões rurais do referido município. Foi criada pelo Decreto nº 11.770/1976 de 04 de março de 1976, no governo do Coronel Aduino Bezerra. É uma instituição própria de educação escolar, pertencente à Rede de Ensino Oficial do estado do Ceará, mantida pelo Governo Estadual e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria de Educação Básica – SEDUC, sob a jurisdição do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação – 2º CREDE, com sede no município de Itapipoca. É inserida em um município simples da região do Vale do Rio Curu, onde podemos observar uma população carente de respeito, solidariedade, estrutura familiar, dignidade, justiça, trabalho e o real exercício da cidadania.

A escola pesquisada oferece Ensino Médio regular. Urbana, localiza-se em uma região periférica da sede, com acesso fácil pelos diversos tipos de transporte. Apresentou no ano de 2016 uma matrícula de 454 alunos. No turno matutino, 239 alunos, moradores da região urbana do município. No turno vespertino, 215 alunos, todos das 17 localidades rurais, usuários do transporte escolar oferecido pela Prefeitura em parceria com o governo do estado do Ceará.

A tipificação da escola junto à Secretaria da Educação Básica do estado do Ceará é “B”. Essa característica está estritamente ligada à

quantidade de alunos matriculados e inseridos no censo escolar. Considerada uma escola de estrutura média possui as seguintes dependências: 6 salas de aula, sala de educação especial, sala do diretor e coordenadores, sala de professores e professoras, 2 (dois) laboratórios de informática (com 44 computadores para uso de alunos), quadra de esportes coberta, cozinha, sala de planejamento pedagógico, sala de professores, recepção, 2(dois) banheiros para funcionários, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, pátio coberto, pátio descoberto e área livre. A escola conta 3 (três) gestores, 01 (uma) secretária, 01 (um) assessor financeiro, 18 (dezoito) professores, (dez) funcionários, sendo 5(cinco) estáveis e 5 (cinco) terceirizados.

Os dados de infraestrutura: água filtrada, água da rede pública, fossa, lixo diariamente coletado pelo serviço público, acesso à internet. Os equipamentos de que a escola dispõe são: copiadora, impressoras, aparelhos de som, caixas amplificadas, microfones, TV, DVD, antena parabólica, retroprojektor e projetor multimídia (Datashow).

A Instituição funciona em regime de externato com os cursos de Educação Básica, nos turnos matutino e vespertino, especificamente nas etapas do Ensino Médio, que tem duração mínima de 03 (três) anos letivos, com o mínimo de 800 horas anuais de atividades, de acordo com a legislação vigente, normas e instruções expedidas pelos Conselhos Nacional e Estadual de Educação.

Preconiza o Projeto Político Pedagógico da referida escola a

realização da ação educativa, fundamentada nos princípios da solidariedade humana, universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso, da obrigatoriedade da Educação Básica e da gratuidade escolar, conjugados com as vertentes determinantes de uma Escola de qualidade, democrática, participativa e comunitária, como espaço cultural de socialização e desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício e direitos e o cumprimento dos deveres, sinônimo de cidadania.

Porém, sempre que nos debruçamos sobre temas relevantes relacionados à educação pública em nosso país, vêm-nos em mente as afirmações colhidas nos debates realizados no âmbito das formações docentes, nas reuniões para análise de indicadores educacionais ou nos debates em torno da realidade educacional do país: a escola pública continua formando contingentes de jovens escolarizados, porém com reduzidas competências e habilidades.

A nossa sociedade está mudando de uma forma bastante acelerada, influenciando educadores e pais na busca de entender a melhor maneira de conduzir a educação de nossos alunos e filhos. Conseqüentemente, os pontos a serem priorizados no decorrer da formação é uma pauta bastante significativa, pois muitas são as competências a serem desenvolvidas no enfrentamento dos desafios do mundo atual. Quando observamos a rapidez com que se realiza a produção de conhecimentos entendemos que uma nova competência deve ser treinada: aprender a viver. Nesse contexto contemporâneo, vemos sentido em tudo que está sendo feito, para que possam aprender com

qualidade.

A preocupação da instituição pesquisada é conceber uma forma de cotidiano escolar em que seja possível a aprendizagem contextualizada e bastante significativa, levando aos educandos a motivação de participar, interagir e conseqüentemente aprender. Essa realidade é possível quando se criam redes de saberes caracterizados pela solidariedade e pela aprendizagem com características cooperativas. O trabalho docente requer uma visão em que esteja presente a promoção de uma educação inclusiva e integradora de saberes, das diversidades culturais e identitárias, promovendo a ressignificação das práticas e da promoção da boa convivência humana, baseada na aceitação da diferença na tolerância.

O corpo discente da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva apresenta uma diversidade cultural que é comum a todas as instituições públicas de ensino. Mediante tal realidade, os docentes buscam contemplar os conhecimentos concebidos pelos educandos durante a sua trajetória escolar e, dessa forma, procuram incentivar a busca do conhecimento e a construção desse patrimônio em cada um deles; uma prática que pode beneficiar o entrelaçamento de saberes na escola, tendo em vista a existência da diversidade de sujeitos escolares. O saber daí decorrente é fruto de sua vivência e produção cultural, a partir do lugar social que elaboram e no qual estão inseridos, visto que estes conhecimentos trazem a marca de cada ser humano, quer no plano individual ou coletivo, e esta marca é tecida nas múltiplas experiências de grupos, comunidades e sociedades (FREIRE, 2002a).

Entender que a escola é um lugar de formação requer que os

docentes tenham em mente que tipo de postura deve ser interiorizado por eles. A educação de viés conscientizador procura valorizar a cultura dos sujeitos envolvidos pensando uma escola como uma comunidade educativa. Nesse sentido, os docentes da instituição em que está inserida a turma pesquisada procuram enaltecer a experiência e trajetória dos educandos sendo preparados para entender que ambos são os protagonistas dos processos educativos em suas subjetividades, práticas e interpretações que desenvolvem acerca do mundo. Por esta razão se faz necessário que:

Desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e que é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. (FREIRE, 1986, p.25).

No universo de temas ligados ao fazer pedagógico na escola, destacam-se às questões ligadas à proficiência dos alunos que compõem a turma pesquisada. Partindo da ideia de que a produção humana é sustentada de saber, o sentimento gerado nos docentes refere-se ao desinteresse por parte de muitos alunos, no que diz respeito às suas obrigações escolares do cotidiano, vistas como essenciais para a consecução das competências necessárias para o prosseguimento dos estudos e as habilidades necessárias para conquistar o que desejarem neste mundo do trabalho e do conhecimento que parece não ter fim.

A ideia que permeia a cabeça de muitos docentes é a de que os

alunos frequentam as aulas como se fossem obrigados e isso implica uma baixa participação nas atividades básicas escolares, demonstrando um nível preocupante de apatia durante as atividades desenvolvidas pelos professores que, por sua vez, desenvolvem um certo desestímulo na sua jornada docente. Esse desestímulo inerente ao docente parece estar ligado às condições apresentadas pelos sistemas de ensino, seja pela incapacidade de promover uma aula dinâmica e agradável em razão da sua incapacidade didática, seja pelo simples motivo de não se constituir como uma coisa prazerosa.

Vale ressaltar que no âmbito discente algumas atividades têm muita aceitação por parte dos jovens. O pouco investimento nas áreas de esporte, lazer e arte faz com que muitos projetos em nível de escola não sejam colocados em prática, pois não existem recursos materiais mínimos para tal. Mais uma vez os professores se sentem tolhidos de uma prática pedagógica rica, limitando-se às atividades do dia a dia da sala de aula.

O desejo ou o sentimento muito forte de querer, capaz de superar todos os obstáculos para conseguir o intento desejado, é um elemento sempre presente nas pessoas que buscam conseguir algo em sua vida. Para os docentes, seria o reconhecimento por parte de seus alunos de que têm de exercer e reivindicar os seus direitos, traduzidos na motivação de estudar, aprender e desenvolver habilidades capazes de torná-los competentes para encarar o mundo fora da escola, desempenhando com dignidade o papel de cidadão em uma sociedade repleta de contradições e dificuldades de exercer dignamente as funções que a vida impõe.

Levando em consideração o que pensa Maria Cristina Kupfer, podemos entender que as crianças, por exemplo, se interessam, em um dado momento, pelo conhecimento das coisas sexuais. Para Kupfer (1995, p. 80) a descoberta da diferença sexual anatômica caracteriza-se como o começo do desejo de saber. Dessa forma, a “criança descobre diferenças que a angustiam. É essa angústia que a faz querer saber”. Sendo o interesse pelas coisas sexuais um exemplo de motivação pelo conhecimento, entendemos que posteriormente essa motivação se desloca para os diversos conhecimentos concebidos pela sociedade e o conhecimento veiculado através do trabalho pedagógico com o conteúdo escolar.

Para Kupfer (1995, p. 79), “... o processo de aprendizagem depende da razão que motiva a busca de conhecimento”. O formato que apresenta a escola atualmente necessita ser reformulado. O modelo empregado pela maioria dos docentes não leva o aluno a ser provocado e não sendo provocado o discente vê os conceitos como algo que não lhe interessa. Todos os professores concordam que a forma como se apresentam os conteúdos define nos discentes o desejo ou não de aprender. A partir desta realidade é fácil percebermos a indagação mais recorrente em nossas escolas: se os conteúdos apresentados não têm uma aproximação com a realidade vivida, como o aluno vai conceber que o conhecimento desenvolvido na escola poderá ajudá-lo em sua vida?

Observa Paulo Freire que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”(FREIRE, p.24). Ainda segundo Freire ensinar exige rigorosidade metódica:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada a ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no tratamento do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 1986, p.29).

É óbvio pensarmos que a todo momento as pessoas mais ligadas ao fazer pedagógico, tais como professores, coordenadores, diretores e empresários da educação estão pensando maneiras de fazer com que os milhares de alunos de nossas escolas aprendam mais e com mais qualidade. O absentismo, a desmotivação e a apatia são fatores que preocupam os educadores de todo o país, porém não custa nada pensarmos formas que podem ajudar nessa busca interminável pela proficiência discente.

A proclamação do respeito à condição de ser, nas individualidades, mediante a instauração de processos educativos que barrem os preconceitos e estereótipos, vislumbrando a devida convivência inserida na diversidade cultural presentes nos grupos sociais e étnicos na escola, deve ser uma ação constante no projeto político- pedagógico da instituição. Educação e cultura se complementam. Nesse contexto, é importante que a escola busque promover a interação dos saberes e práticas entre os sujeitos da aprendizagem para que possa culminar com a consecução de uma cidadania cultural.

Outro grande desafio da escola pesquisada concentra-se na

formulação de um currículo capaz de se adequar às exigências impostas por uma sociedade em transformação, caracterizada pela mutação tecnológica e social. Um currículo que supere a reprodução de saberes prontos e que considere de verdade saberes presentes na vida dos seus educandos; o estabelecimento de nexos entre a vida dos educandos e os saberes que são adquiridos dentro e fora da escola e a comunidade em que está inserida.

Observa-se também o fato de que muita atenção é voltada para o ensino, esquecendo-se de focar no potencial da aprendizagem; falha na condução do alunado no aprender, conhecer e potencializar este aprendizado mediante os conhecimentos escolares adquiridos e os conhecimentos da vida cotidiana. Os saberes escolares tratados se distanciam das práticas vivenciadas pelos educandos no seu dia a dia. Este fato tão presente no ensino médio compromete o nível de aprendizagens, ou seja, proficiência.

Segundo a professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo (2011),

A falta de motivação e de interesse gera o distanciamento do educando(a) com relação a querer aprender, participar, tornar-se presente no processo educativo. Conduzir o educando a questionar, a participar e a encontrar sentido no que aprende e fazer deste aprendizado um caminho de mudanças na sua própria vida, de querer mais, de posicionar-se criticamente, de emancipar-se, devem ser as perspectivas do educador e os propósitos da educação escolar. (ARAÚJO, 2011, p.115).

Um dos aspectos mais recorrentes ligados à didática atual refere-se à promoção da autonomia. O desenvolvimento desta habilidade requer que o docente encare como um princípio a ser adotado por ele; uma postura alicerçada pela sua prática através de ações e a promoção de temas

estimulantes onde o seu sentido possa ser claro para os seus alunos que passam também a incorporar valores, normas e atitudes positivas a serem praticados não só na escola como na sua vida, de maneira geral. Essa autonomia é muito importante na formação dos nossos alunos. Segundo a Psicóloga Constance Kamil, várias são as estratégias a serem utilizadas pelo professor no intuito de promover a autonomia dos seus alunos. A oportunidade de participação para que o educando pense de forma ativa e crítica revela-se como início dessa postura que oferece condições mais apropriadas para o seu desenvolvimento amplo. Ainda, de acordo com o seu pensamento, as crianças “... encorajadas a pensar ativa, crítica e autonomamente aprendem mais do que as que são levadas a obter apenas competências mínimas” (KAMIL, 1986, p. 120).

O curso de ensino médio coincide com o período em que o jovem está prestes a entrar na fase adulta. Neste período, a insegurança e a confusão em relação aos caminhos a serem seguidos costumam aparecer. A escola pode fazer com que esses jovens possam colocar no papel os seus planos para o futuro, considerando que essa é uma estratégia comum para muitas pessoas, porém a estruturação para a realização não se apresenta tão fácil, principalmente para jovens oriundos de classes menos favorecidas e instaladas nas cidades interioranas. Muitas instituições desenvolvem conteúdos que podem ser elencados no componente que podemos denominar de projeto de vida. A ideia é de que o aluno pense em estratégias que o levará à materialização de suas aspirações, sempre tendo como base a ampliação de conhecimentos durante a sua vida escolar. Orientando e estimulando seu aluno a

organizar a sua vida, a escola pode fazer com que a sua existência seja pautada na autonomia, na cultura da paz, na postura do eterno aprendiz, facilitando assim a transcender os limites impostos por uma sociedade desigual como a nossa.

Quando o jovem tem clara em sua mente a razão de viver, ou seja, um propósito a ser alcançado, afasta o desestímulo e o medo de não realizar os objetivos pessoais e conseqüentemente o medo de não ser feliz na vida, diante dos desafios da época moderna. Determinados temas se apresentam com mais frequência no cotidiano dos jovens estudantes. Podemos destacar o valor do estudo, a importância da família, a realização profissional e a independência financeira como temas de grande relevância e que podem ser tratados no ambiente escolar, tendo em vista a sua importância em um contexto de aprendizagem integrada com o projeto de vida dos alunos. Busca-se, dessa forma, o protagonismo do aluno que efetivará o esforço em torno de sua aprendizagem devendo a escola promover outras ações para assegurar a formação de uma pessoa ativa, segura e preparada para tomar as mais diversas decisões, enfrentar desafios e tirar proveito das oportunidades durante a sua vida.

É desnecessário afirmar que o discente é a única razão da existência da escola. Tendo essa premissa como o ponto de partida de toda ação pensada no processo de ensino, verificamos que as análises mais substanciais sobre a importância da escola na vida dos cidadãos sempre consideraram também como o processo se desenvolve no seu interior, quais habilidades a escola tem que desenvolver para que tenhamos seres melhores na nossa sociedade. Historicamente, a escola sempre buscou

preparar os seus alunos para as demandas de cada época e sempre estudando a melhor maneira de proceder.

Muito se tem falado que o sucesso do processo de aprendizagem depende de vários fatores, dentre eles podemos destacar a estrutura do ambiente escolar, a competência docente, o planejamento escolar, o interesse e motivação do aluno. A razão maior desse foco se justifica obviamente pelo fato de termos que entender a dimensão das responsabilidades atribuídas à escola e a conseqüente necessidade que a instituição tem de responder aos anseios da sua clientela.

No cotidiano da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, os professores são levados a estudar e compreender os obstáculos e dificuldades encontrados pelo docente, que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos, fato que se coloca como essencial na gestão pedagógica, na sua luta incessante de buscar a realização de uma didática proativa, real e eficaz de acordo com as necessidades mais urgentes de se alcançar a melhor proficiência dos nossos alunos.

Quando o professor decide a natureza do homem que quer formar para a sociedade, deve levar em conta uma reflexão profunda sobre o tipo de sociedade que temos e, conseqüentemente, o tipo de sociedade que queremos. As medidas pedagógicas implementadas ao longo dos anos sempre estiveram em sintonia com a função social movida pelo substrato econômico e, por esta razão, detectamos que, no decorrer da história a Educação Mundial foi influenciada e oscilou em meio a múltiplas propostas pedagógicas que em vários momentos deixavam aparente o seu direcionamento aos programas e projetos com o objetivo de atender o

campo econômico.

Consideramos importante então sublinhar um dos trabalhos mais significativos que serve de parâmetro para analisarmos a nossa atuação docente, em oposição à lógica do pensamento descrito.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, que editado em forma de livro gerou "Educação:Um Tesouro a Descobrir" de 1999⁷. O seu quarto capítulo traz a proposta de uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser, eleitos como os quatro pilares fundamentais da educação.

Na prática, parece que a forma adotada pelos professores na escola pesquisada indica que tem ênfase o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer. Esse pensamento nos leva a crer que estas aprendizagens, direcionadas para a aquisição de instrumentos de compreensão, raciocínio e execução tendem a ser consideradas incompletas sem os outros domínios da aprendizagem.

Dentre as temáticas sobre ensino e aprendizagem mais discutidas

⁷ DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012. Ministro da Economia e Finanças da França (1981), Jacques Lucien Jean Delors ocupou vários cargos importantes em sua trajetória, como por exemplo Presidente da Comissão Europeia de 1985 a 1995. De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI na UNESCO. O Relatório da referida Comissão foi editado em forma de livro que recebeu o nome de "Educação:Um Tesouro a Descobrir" de 1999. Defendendo que a sociedade do conhecimento necessita de uma aprendizagem ao longo de toda a vida, sistematizou os quatro pilares, saberes e competências indissociáveis necessários para a formação do indivíduo.

nos encontros pedagógicas da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, podemos destacar a interdisciplinaridade como assunto presente no seio das discussões acerca do trabalho docente. Por ser entendida como a ligação entre as disciplinas nas suas mais variadas áreas que abrangem temáticas e conteúdos como objetivo de ampliar as aprendizagens. Conceber e compreender as partes de ligação que ocorrem entre as diferentes áreas do conhecimento; unir tais conhecimentos e transpor o trabalho docente fragmentado constituem o anseio dos docentes mais preocupados com a proficiência de nossos alunos; configura-se como uma proposta constante e exaustiva na concepção do trabalho da coordenação pedagógica. A ideia mais presente no pensamento dos professores é de que se trate de uma constante investigação com o objetivo de sempre alcançar a superação.

Transcender a tendência didática em que prevalece o modelo antigo de aprendizagem no qual existem a informação dada pelo professor e a assimilação pelo aluno. No texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, fica explícita a importância desse princípio pedagógico.

Para observância da interdisciplinaridade é preciso entender que as disciplinas escolares resultam de recortes e seleções arbitrários, historicamente constituídos, expressões de interesses e relações de poder que ressaltam, ocultam ou negam saberes (Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, pág. 88).

[...] É importante enfatizar que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários. Explicação,

compreensão, intervenção são processos que requerem um conhecimento que vai além da descrição da realidade mobiliza competências cognitivas para deduzir, tirar inferências ou fazer previsões a partir do fato observado (Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio. Brasília: MEC, 2002, p. 88 e 89).

Pensar a interdisciplinaridade não significa criar novas disciplinas ou saberes, porém utilizar os diferentes conhecimentos das disciplinas do currículo do ensino médio. Essa é a temática central dos questionamentos desenvolvidos durante os encontros pedagógicos. No contexto da contemporaneidade é bastante útil se levarmos em conta a perspectiva de compreender um dado fenômeno sob diferentes pontos de vista e entender o elo entre os conhecimentos seja na perspectiva de questionamento, seja na confirmação ou aplicabilidade.

Justificar a importância da interdisciplinaridade é compreender que, desde o século XV, a ciência tem transformado a vida das pessoas em decorrência do advento dos novos conhecimentos propiciados por ela. Novas práticas e novas técnicas de pesquisa surgem com o renascimento e pesquisas, até então abandonadas, ressurgem em várias áreas. A Ciência se desenvolve e no século XX, torna-se tão especializada que se cria um obstáculo para certas áreas continuar aprofundando o conhecimento, chegando ao seu limite. A ebulição de investigação torna-se tão presente que o volume de estudos e de informações toma uma dimensão capaz de obrigar a humanidade a conceber a criação de novas subcategorias para propiciar a continuidade das novas pesquisas e a consequente dominação dos conhecimentos adquiridos.

Parece-nos que, na atualidade, a tendência acadêmica é a concepção de um movimento inverso que tende a buscar um equilíbrio

concebendo a idéia de que podemos, a partir do micro, retornar ao todo. A interdisciplinaridade surge no século XX como um esforço de superar o movimento de especialização da ciência e resolver o problema da fragmentação do conhecimento em diversas áreas de estudo e pesquisa.

Há diversas formas de conceber atividades e trabalhos interdisciplinares. Como já foi dito, o docente tem obrigatoriamente que identificar e fazer as relações plausíveis entre os conteúdos de sua disciplina e a disciplina dos outros professores. Quando se trata de disciplinas da mesma área, a tarefa se torna mais branda, dadas as características dos conceitos a serem abordados. Em todos os casos, são atribuições do professor a ajuda e a orientação que tenham como objetivo propiciar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos através da organização competente de atividades e situações que sejam significativas, devendo propiciar aos alunos as oportunidades da verdadeira aprendizagem.

Ao nos debruçarmos com as razões mais significativas que dificultam uma rotina pedagógica em que a interdisciplinaridade esteja sempre presente, concluímos que, em determinadas circunstâncias, ela não ocorre naturalmente em decorrência de fatores ligados à falta de tempo, ausência de interesse, desconhecimento e desmotivação dos docentes que, na maioria das vezes, desconsidera a intervenção de outras disciplinas na realidade que está sendo trabalhada com o seu aluno. Fica claro então que ela só ocorrerá se os docentes se dispuserem a sistematizar e organizar a sua prática.

As ideias de Ulisses Ferreira de Araújo podem ser conferidas no

cotidiano escolar. O destaque que ele dá à necessidade de concebermos uma nova compreensão da realidade educacional brasileira nos leva a crer que o trabalho docente em nossas escolas deve passar por uma profunda reflexão em que certas práticas devem dar lugar a outras de natureza didática mais consequentes.

No que se refere às suas explicações acerca da importância dada pela escola aos aspectos mais ligados à instrução em detrimento aos aspectos mais ligados à formação, deparamo-nos com uma realidade bem paupável que nos leva a considerar o quanto ainda deve ser feito para formar, como indica Araújo, cidadãos e cidadãs “que interagem com seu meio social e, a partir de suas vivências do conhecimento adquirido, contribuam para a construção e desenvolvimento da sociedade”. Essa contribuição é possível quando o diálogo entre as diversas disciplinas for uma realidade corriqueira no cotidiano didático-pedagógico.

Analisando os momentos de planejamento e as práticas docentes, deparamo-nos com as explícitas dificuldades de inserção das mídias em sala de aula, porém observamos que essas práticas educativas estão sendo cada vez mais discutidas e consideradas, mesmo que a realidade nos indique que uma grande parcela da comunidade educacional ainda não tem acesso a esses bens culturais. Podemos incluir nessa discussão as recorrentes resistências dos profissionais em priorizar a inclusão no currículo das aprendizagens necessárias à utilização destes recursos durante a sua atuação docente. Em muitos casos, os docentes tendem a utilizar a tecnologia de forma mecanizada, deixando de proporcionar de forma plena a real produção de novos conhecimentos que

pode ser viabilizada através das mídias, principalmente, da internet.

A importância da participação da família no cotidiano escolar é outro ponto de destaque no âmbito do planejamento escolar da instituição pesquisada. Na atualidade, a família é convocada a, mais do que nunca, participar ativamente do encorajamento, acolhimento e condução tão importantes na vida escolar que tem como objetivo a formação de seres preparados para encarar o mundo moderno com qualidade, onde à escola é atribuída a maior parcela desta formação. A instituição escolar considera a família como uma parcela muito importante e fundamental na desenvoltura discente, por esta razão convive com uma infinita busca por um envolvimento de qualidade da família com a escola, na tentativa de promover o sucesso. O trabalho planejado da instituição insere a promoção de momentos como forma de atrair os pais e responsáveis para o seu interior, tarefa que tem como elemento motivador o interesse dos pais pela educação, mesmo que a participação deles no cotidiano escolar seja tímida e pouco profunda.

Brandão, Carlos Rodrigues (2002, p.99) ao nos falar sobre a esperança na educação diz:

A resposta mais simples é: “porque a educação é inevitável”. Uma outra, melhor seria: “porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de ideias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre os homens e à pregação da liberdade”. Uma outra ainda poderia ser: “porque a educação existe de mais modos do que se pensa e, aqui mesmo, alguns deles podem servir ao trabalho de construir um outro tipo de mundo.

A própria legislação nacional aponta a responsabilidade dos pais

nesse processo de formação. Se observarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, veremos que a educação é um direito assegurado. Mesmo que até os cinco anos de idade a frequência às creches e pré-escolas seja uma opção dos pais, cabendo ao estado o dever de oferecer vagas nestes espaços, no ensino fundamental que inicia aos seis anos de idade, a educação tem um caráter obrigatório tanto para o estado como para os pais. Ambos estão sujeitos à penalidade legal.

2. METODOLOGIA, ANÁLISE DOS DADOS E RECOMENDAÇÕES

Para a elaboração do presente trabalho foram utilizadas entrevistas e pesquisa bibliográfica, considerando referências teóricas capazes de sustentar a hipótese de que a reorganização da escola pública numa perspectiva de qualidade ainda não foi incorporada pela sociedade, causando a fragmentação e mascarando a formação dos conceitos básicos sobre cidadania em seus alunos.

Os participantes da pesquisa foram professores e alunos da terceira série do ensino médio da rede pública estadual. De forma autônoma, ocorreu na sala de aula, acompanhada da professora e da Coordenadora de Gestão Curricular. Foi apresentada a pesquisa e perguntado quem gostaria de participar. A disponibilidade foi detectada entre todos os professores da turma e todos os alunos presentes na sala, no dia em que nenhum faltou. Não houve distinção de sexo ou idade no procedimento adotado, tendo em vista todos se enquadrarem no contexto programado para a pesquisa.

Turma de escola de ensino médio regular em curso diurno,

encontramos entre os alunos e alunas a faixa etária esperada para o ano, logo os participantes tinham aproximadamente entre 16 e 19 anos. Quanto ao sexo, não foi nosso foco nesta pesquisa que não traz referenciais de gênero. Sabemos da importância de compreender o ponto de vista de todos os atores escolares, embora, neste momento, tenhamos procurado compreender o ponto de vista dos alunos e dos professores da turma.

Um roteiro de 11 (onze) perguntas norteou as entrevistas realizadas com professores e professoras. Outro roteiro, também de 12 (doze) perguntas foi aplicado com alunos e alunas da série pesquisada. Essas entrevistas ocorreram no espaço físico da própria escola, que, como já foi mencionado, é pública, regular, de porte médio. As dependências são simples, porém há muito espaço livre; as paredes, de forma geral, parecem bem cuidadas, assim como o terreno livre que circula todas as dependências físicas da instituição.

As entrevistas com os professores, professoras, alunos e alunas foram

marcadas pela Coordenação do Protagonismo Juvenil e pela Coordenação da Ação Curricular. As entrevistas com docentes ocorreram no momento do planejamento, já as entrevistas com discentes aconteceram durante a aula de sociologia na turma pesquisada.

Uma característica encontrada na escola diz respeito à forma como alunos e alunas convivem com os outros segmentos da instituição. Alunos e as alunas preenchem todos os espaços da escola pois têm livre acesso aos mais diversos ambientes, porém não demonstram desrespeito ou indelicadeza ao se relacionar com os funcionários. A direção,

coordenação funcionam em salas vizinhas, compartilhando quase o mesmo espaço.

A questão 1 procurou investigar a importância dada pelos alunos à educação adquirida na escola. A totalidade dos alunos considerou a educação um elemento essencial para a garantia de um futuro promissor. A questão 2 aborda a construção das amizades no âmbito escolar. A totalidade dos alunos considera as relações de amizade, não só com os colegas, como também com professores, um fator motivacional para prosseguir nos estudos. As questões 3 e 4 falam dos organismos colegiados: Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. Apenas cerca de 30% (trinta por cento) dos alunos demonstram interesse em participar dos referidos organismos. Estes dados revelam o baixo nível de envolvimento dos alunos com as discussões, porém todos os entrevistados consideram importante a escolha do Diretor de forma direta, como ocorre atualmente. (questão 5). A questão 6 versou sobre as condições de trabalho dos professores da instituição. 60% dos alunos argumentaram que os professores reclamam muito das condições salariais, principalmente os professores de contrato temporário. Todos os alunos concordaram que os livros são suficientes e muito bons. 80% afirmaram que a internet não funciona bem na internet.

Já em relação à questão 7, 55% dos alunos consideraram deficientes as estruturas físicas da escola, destacando que as estruturas do centro de multimídias, dos laboratórios de informática e de ciências são melhores e as estruturas da secretaria, pátio interno, sala de leitura, cantina, cozinha e banheiros masculinos e femininos são piores. Na

questão 8, todos os alunos consideraram importante a preservação do patrimônio da instituição, tendo em vista que as instalações e os equipamentos são usados pelos alunos, com o objetivo de tornar o processo de ensino algo mais agradável. A questão 9 perguntou se o aluno se considera uma pessoa consciente acerca dos seus direitos e deveres como aluno e como cidadão. 75% dos alunos responderam que sim. 25% admitiram que necessitam melhorar a consciência nesse aspecto da sua vida.

Já a questão 10 investigou se a escola proporciona atividades que o aluno considera importantes para a elevação do nível de consciência crítica do aluno? Todos os alunos responderam que alguns projetos ajudam na sua formação, sublinhando o fato de que alguns alunos da escola não se interessam por alguns dos temas que são tratados pelos professores. Por último, na questão 11, foi tratado o envolvimento dos pais com o cotidiano da escola. Nessa questão, todos os alunos consideraram importante o envolvimento das famílias no cotidiano escolar.

Sabemos que a sala de aula deve configurar-se num espaço de construção cotidiana, em que alunos e professores devem interagir-se e onde o mediador é o conhecimento. Ela é desafiadora, instigante, espaço de negociação, resistência e reveladora de acertos e erros. Isso tudo talvez se deva à realidade de que os desafios da escola se ampliaram. Sua função não se limita apenas a transmitir conhecimentos. Talvez a função mais importante seja a de provocar a organização das informações que chegam fragmentadas e acríicas. A escola deve então estimular a participação

ativa e crítica dos seus alunos através das diferentes tarefas que desenvolvem na sala de aula e fora dela.

Ao considerarmos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que estabelece princípios orientadores de organização curricular que garantem aos jovens participar do processo de produção social, observamos que o Ensino Médio, com as suas prerrogativas, tem a finalidade de preparar para a vida. Neste contexto, os professores podem contribuir ao despertarem no aluno a consciência crítica frente às adversidades encontradas em sua vida. A instituição escolar deve encaminhar esses jovens que procuram entender e aos pouco se inserirem neste mundo contemporâneo, onde as mudanças se processam em alta velocidade, influenciando ou determinando as atividades e os comportamentos humanos.

Consideramos importante observar que a realidade urge por uma prática que privilegia heterogeneidade, para podermos superar a lógica da homogeneidade, pois apenas a ideia da diversidade é capaz de entender um projeto pedagógico em que esteja pensado o trabalho compartilhado que busque a superação.

É possível constatar que muitas experiências já comprovaram resultados positivos que ajudaram na gestão de forma geral e gestão de sala de aula. Isso faz ver que sempre é possível transformar a organização das formas de trabalho a partir de idéias criativas, transformadas em práticas competentes, lúdicas e sensíveis.

Essa construção deve conviver sempre com a reflexão da proposta político- pedagógica da escola, envolvendo as dificuldades e

sucessos dos alunos e professores, incluindo os seus anseios e desafios.

No tocante à observação, o foco foi centrado na prática pedagógica dos professores, nas ações do órgão responsável pela viabilização da educação no Estado, no modelo de gestão adotado pelo núcleo gestor e nas deficiências individuais dos alunos, aspectos que desenvolvem neles o fracasso escolar.

A realidade vivenciada por nossos alunos, destacando-se os seus graves problemas sociais e de suas famílias e o baixo rendimento na escola denominamos de fracasso escolar. Dessa forma, afirma Charlot (2000) que fracasso escolar não é um objeto, mas uma situação em que se encontram determinados alunos.

Consideramos importante conhecer, entre outros aspectos, as dinâmicas que ocorrem no ambiente escolar, sublinhando o objetivo de mapear e analisar os fatores e circunstâncias que levam a uma aprendizagem inadequada por parte do aluno, mesmo sendo ele elemento fundamental na prática da democracia experienciada pelos atores presentes no seu cotidiano. Perseguimos a identificação dos elementos objetivos e subjetivos que nos levam a compreender como surgem as situações de sucesso ou de fracasso escolar e a importância de uma gestão democrática para a efetivação das ações necessárias para que os alunos reconheçam a necessidade de lutarem pelos seus direitos, realizando simultaneamente ações que demonstram a consciência de seus deveres.

Porém, a realização das condições objetivas para se consolidar um projeto político-pedagógico que integre alunos, pais, professores, funcionários e gestores, requer o engajamento de todos os envolvidos no

processo e, por esta razão, se faz necessário que o discente tenha consciência de seus direitos e deveres na sociedade, tendo em vista que é ele a razão de ser da escola.

Diante de tantos fatores restritivos ao desenvolvimento da educação, ainda existe o fato de que a escola não consegue acompanhar o ritmo das mudanças e/ou transformações do mundo atual, o que a torna, de certa maneira, pouco sedutora para os jovens da atualidade. A instituição por sua vez lança mão das mais variadas estratégias, através da ação dos seus gestores e professores, como forma de tentar amenizar tal situação. Uma das mais significantes é a busca por entender o contexto familiar e social de sua clientela. Atividade que se não fizer bem, pode comprometer substancialmente toda a sua atividade primordial, a formação dos seus educandos.

Uma instituição que anseia levar à sociedade uma imagem de educação de qualidade, de escola comprometida com os reais interesses da comunidade, não pode apresentar, através de seus alunos, os atuais níveis de responsabilidade e preservação do seu patrimônio; a baixa consciência sobre os temas recorrentes na área de preservação ambiental; os comportamentos que denunciam o envolvimento com drogas/álcool; níveis indesejados de intolerância entre os alunos, nas questões étnicas, religiosas e sexuais; nível elevado de gravidez entre as alunas e o baixo nível de proficiência apresentado nas avaliações internas e externas.

Como sabemos, é impossível imaginarmos uma escola destoante das características da contemporaneidade. A escola deve conceber o mundo contemporâneo com suas mudanças na educação como uma

consequência natural das transformações na sociedade e no mundo. Dessa forma podemos entender que “os sujeitos e as instituições podem abrir-se a novos pensamentos, podem ressignificar suas ações, criar novas simbolizações, para além dos significados instituídos, dando novo sentido e legitimidade às funções da educação escolarizada, porque a escola tem um papel fundamental nesse processo instituinte pelo “sentido de matriz e matrizante dos modelos de pensar, ou não pensar, e por sua capacidade de instaurar a cognição e a busca da verdade e, sobretudo, de abrir suas fronteiras instalando um lugar para interrogar-se, questionar-se a si mesma”. (GARAY, 1998, p.133).

A escola pública cearense não diferente da brasileira, carrega em sua história, há muitos anos, as características de uma instituição que sempre caminha em atraso, em relação a outras em nossa sociedade. O resultado é que no conjunto de suas atribuições, direcionado para a sua principal tarefa que é disseminar o conhecimento, os índices nos alertam que essa incumbência não está sendo realizada de forma a satisfazer as necessidades de sua clientela, que é caracterizada na maioria, por pessoas de poucas posses, da classe média baixa constituída de filhos das famílias que não podem pagar uma escola particular.

Não se pode negar que a educação pública oferecida pela rede oficial de ensino do estado do Ceará tem apresentado um crescimento importante em todos os aspectos e circunstâncias possíveis de serem considerados, nos últimos anos. Setomarmos como marco inicial o sistema de teleducação do estado do Ceará que cresceu e se modernizou desde o ano de 1974, passando pelo seu redimensionamento em 1999, até

o seu término, no início dos anos dois mil, veremos que sempre esteve presente em nosso estado um desejo de concretizarmos uma melhor educação para o seu povo. Foi motivo de satisfação quando as aulas veiculadas pela televisão⁸ foram regravadas, aumentando indiscutivelmente a qualidade de imagem e som, além de trazer no seu conteúdo informações atuais.

Os manuais também foram reformulados, apresentando mais qualidade de impressão, desde o papel utilizado até aspectos referentes à diagramação. Algumas formas de interação entre a escola e a Estação de Televisão foram concebidas. O programa TV Interação possibilitou o aluno a participar de debates, via telefone ou fax (presente em todas as escolas). Essas decisões revigoravam bastante o sentimento de dignidade pessoal entre os nossos alunos.

A proposta didático-pedagógica do telensino, centralizada no exercício da participação, da cooperação, da criatividade, da criticidade, da reflexão e da autonomia, tinha como objetivo a formação de alunos capazes de refletir e se organizar numa luta em busca de sociedade mais justa.

A defesa da teleducação tinha como ponto alto desse sistema a dinâmica de grupo, que tinha como finalidade a “coletivização” do conhecimento. O currículo deveria ser trabalhado como um todo, gerando a interdisciplinaridade dos conteúdos, que conduziriam a um pensamento reflexivo e crítico, gerador de muitos questionamentos permitindo ao

⁸ No ano 2000 a Coordenadoria Regional de Ensino –2º CREDE, sediada em Itapipoca-Ceará, informou que a veiculação das aulas passaria a ser via satélite.

telealuno uma compreensão da realidade social, e assim confrontá-las com suas experiências pessoais.

O sistema de avaliação incluía, até o ano de 1999, a autoavaliação como suporte para a avaliação do desempenho bimestral do aluno; até então usavam-se notas numéricas de 0 a 10.

Com o advento do redimensionamento do telensino, ocorreu o uso de conceitos AS-aluno com aprendizagem satisfatória e ANS-aluno com aprendizagem não-satisfatória. Para este último, deveria ser dado um tratamento especial durante o processo e no final de cada semestre. Vale também ressaltar que a aprendizagem era observada nos âmbitos conceitual, procedimental e atitudinal.

Assim, o sistema de avaliação da teleeducação voltava-se para a valorização do aluno, não só no aspecto cognitivo, mas também como um ser total.

O orientador de aprendizagem era o elemento facilitador, articulador e dinamizador do processo educativo, concretizando na prática todos os princípios pedagógicos que articulavam o sistema. O seu envolvimento com a turma deveria ser capaz de estimular a criação e a superação das dificuldades, levando os educandos a socializarem seus limites buscando no companheiro a ajuda necessária para o satisfatório desenvolvimento das atividades. Se em alguns momentos o próprio orientador tinha seus limites, tendo em vista a necessidade de responder a todas as indagações da turma, podemos afirmar que as orientações pedagógicas oficiais consideravam que o orientador deveria canalizar esforços para juntos buscarem as respostas, não sendo obrigado a

responder diretamente, ou mesmo satisfazer de imediato às necessidades daqueles alunos mais curiosos. Essa era uma condição básica que deveria ser entendida por todos envolvidos no processo, a fim de evitar constrangimentos.

De certa forma, podemos afirmar que no campo teórico existe um projeto de concretização de uma escola que quer reconhecer a história de vida de seus alunos, respeitar seus saberes e a partir desses saberes avançar para construir as competências e as habilidades necessárias a uma melhor inserção social, neste mundo em constantes e intermináveis mudanças.

Inclusive o discurso pela qualidade da educação, na atualidade, sobrepõe-se ao discurso da universalização, tendo como pressuposto a certeza de que todos já têm acesso garantido à educação básica. Essa ideia é reforçada por outra que defende que todas as unidades de ensino, sob a jurisdição do Governo do estado do Ceará, estão sendo dotadas de uma infraestrutura que garante o mínimo necessário para a concretização do projeto maior da educação do Estado: laboratórios, quadra de esportes, bibliotecas, salas de aula, dentre outros recursos essenciais.

Podemos confirmar essa realidade. Porém se faz necessária uma breve reflexão que nos leva a questionar se não estamos agindo, a partir das conquistas delineadas aqui, em função da competitividade e do individualismo, satisfazendo abusivamente aos ideais do pensamento neoliberal. Neste contexto o bom desempenho de algumas escolas pode contribuir, também, para reforçar a ideia (neoliberal) de que se a educação vai mal é porque os gestores, os professores e os funcionários são

incompetentes, uma vez que quem se empenha e é capaz consegue obter bons resultados. Não devemos esquecer que o modelo de desenvolvimento brasileiro é historicamente excludente e, por mais que nos esforcemos para sermos os melhores, não conseguiremos agora que todas as escolas ofereçam um padrão de qualidade compatível com as necessidades da comunidade.

Outra reflexão é que estando a educação pública até bem pouco tempo em situação de precariedade extrema, não se pode atribuir tal situação simplesmente à má gestão de seus recursos ou porque seus métodos e currículos eram/são inadequados. Na verdade, elas não possuíam os recursos que deveriam ter porque a população a que servem está colocada numa posição de subordinação diante das relações dominantes de poder.

Cabe também ressaltar que o discurso da “Gestão de Qualidade Total” em educação demonstra a linguagem neoliberal com o objetivo de orientar a educação institucionalizada para as necessidades da indústria e, sendo assim, organizar a educação em forma de mercado, inclusive ansiando reorganizar o próprio interior da educação (as escolas, as salas de aula), de acordo com esquemas de organização do processo de trabalho.

Como sabemos, a estratégia neoliberal de conquista hegemônica não se limita ao campo educacional, porém ela ocupa aí um lugar privilegiado, como um dos muitos elementos passíveis de serem utilizados como técnica de governo, regulação e controle social.

O que estamos vivendo é um processo amplo de redefinição

global das esferas social, política e pessoal, no qual complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal. O que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social. O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista. (DA SILVA, 1994, p. 15).

Para compreendermos as estratégias do projeto neoliberal para o Brasil, no que diz respeito à educação, temos que compreender que esse projeto é parte integrante de processo internacional. Consideramos verdadeira essa afirmação levando em conta que, numa era de globalização e de internacionalização, esses projetos nacionais devem ser compreendidos dentro de uma dinâmica internacional.

É importante entendermos tais questões pois, na área educacional, que é o nosso caso, o pensamento liberal transforma questões políticas e sociais em questões técnicas. Os problemas sociais e educacionais não são tratados como questões políticas, ou seja, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e de poder, muitas vezes são vistos como questões meramente técnicas, de eficácia ou ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. Nessa linha de pensamento, uma situação desconfortável de desempenho na área de educação pode ser vista apenas

como o resultado de uma má gestão, falta de produtividade e de esforço dos professores e administradores educacionais, também como consequência de métodos considerados atrasados e ineficientes de ensino, auxiliado por currículos inadequados. Enfim, a solução imediata e precisa gira em torno de uma melhor gestão ou administração e também na reforma de métodos de ensino e conteúdos curriculares inadequados.

Como exemplo, podemos citar o encanto conferido ao discurso construtivista em educação, tão defendido por muitos e que também condiz com as propostas neoliberais, se levarmos em conta que:

Qualidade Total na Educação e Construtivismo Pedagógico se combinam para produzir identidades individuais e sociais ajustadas ao clima ideológico e econômico do neoliberalismo. (DA SILVA, 1994, p. 19).

Podemos crer, segundo vários autores, que existe uma conveniente compatibilidade entre o tipo de sujeito pressuposto no discurso neoliberal de reestruturação da produção (qualidade total e outros esquemas similares) e o “tipo de “eu” subjacente às propostas do construtivismo: autônomo, racional, participativo, responsável.

O novo cidadão é um indivíduo que pode agir com maior autonomia, flexibilidade e que deve ter habilidade para resolver problemas - todos atributos associados com as novas psicologias. (CORAZZA, Comunicação Pessoal).

Acreditamos que estas reflexões são pertinentes; pois, sendo também responsáveis pelo processo em nossas unidades escolares, temos que compreender que as necessidades materiais dos alunos de certa forma se coadunam com a forte pressão no sentido de que as escolas e as

universidades se voltem para as necessidades estreitas da indústria e do comércio. Estando de olho na visão neoliberal e suas concepções, devemos estar atentos às mais importantes necessidades das pessoas e grupos envolvidos nesse plano, sobretudo aqueles quemais sofrem com as desigualdades existentes.

O cuidado se faz relevante na medida em que compreendemos o mundo capitalista e sua tendência em querer definir a reestrutura do sistema educacional de acordo com as necessidades de treinamento da indústria e do comércio, numa delineação de esquemas propostos para serem aplicados a crianças e jovens das classes subalternas. As classes com poder e recursos continuarão a lutar por pedagogias e currículos que garantam seu investimento em capital cultural e sua confortável posição na estrutura econômica e social.

Ao direcionarmos o olhar para a situação objetiva da escola escolhida para o desenvolvimento deste trabalho, observamos que o discurso de “Qualidade Total” fica comprometido, se levamos em conta que a imagem de educação de qualidade de uma escola comprometida com os interesses da comunidade ainda não foi concluída, tendo em vista o grande déficit acumulado durante a sua trajetória, o que não impede por completo a ação docente, mas inviabiliza a construção de um projeto sólido que possa reverter completamente a qualidade da instrução hoje apresentada pelos alunos e egressos das nossas escolas.

Garantir a manutenção e a valorização das conquistas já realizadas se faz necessário se buscamos uma maior participação da comunidade no interior da escola, porém empreender uma luta em prol de

outras que não estão ainda contempladas se faz necessário para garantirmos um clima de confiança, de segurança e otimismo no conjunto de profissionais que fazem a Educação do nosso estado do Ceará e assim evitar o desconforto devido a tantos desencontros, descaso e descompromisso com a educação, ao longo de nossa História.

O desafio da instituição pesquisada é efetivar uma educação presente em uma escola que caminhe articulada com a comunidade, oferecendo conteúdos significativos aos seus membros e reivindicando a exaustiva participação dela para viabilizar a reflexão sobre os temas já descritos aqui, como forma essencial de garantir a cidadania de seus membros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de que a Educação deve ser prioridade nacional permeia os diversos discursos proferidos Brasil a fora. Talvez não exista quem discorde dessa premissa. Como sabemos, a melhoria da educação e sua qualidade permitem observar impactos positivos nas questões ligadas à violência, crescimento econômico, questões ambientais, saúde e muitas outras. Com essas evidências a seu favor, ouvimos muito sobre a importância do investimento em educação, porém há uma discrepância considerável entre o discurso e a prática.

Muito se tem veiculado acerca da educação do estado do Ceará. Os fatores positivos inerentes a essa nova postura das escolas estaduais, pelo menos no aspecto subjetivo, são veiculados constantemente pelos órgãos oficiais do Governo, como propaganda das ações constantes na política social dos últimos mandatos. A universalização é tida como algo garantido e real, Por outro lado o discurso pela qualidade da educação sobrepõe-se ao discurso da universalização, tendo como pressuposto a certeza de que todos já têm acesso garantido ao ensino fundamental e médio.

A infraestrutura que garante o mínimo necessário para a concretização do projeto educativo coloca-se como o novo alvo da mídia local, sendo apontada como a última conquista governamental concretizada. Faz parte do mesmo discurso a ideia de que todas as escolas estão dotadas de uma infraestrutura que garante o mínimo necessário para a concretização do projeto maior da educação do estado do Ceará. Algumas ações de modernização da Escola de Ensino Médio Sabino

Nunes da Silva foram implantadas pelo Governo do estado do Ceará, como: informatização do controle acadêmico, atividades extracurriculares, reforço alimentar, biblioteca, laboratórios de informática, laboratório de ciências e quadra poliesportiva.

Porém, analisando a vivência do cotidiano escolar, podemos constatar que a realidade construída no imaginário da população, através da mídia, não condiz na sua totalidade com a realidade experienciada. Aparentemente tudo parece correto, democrático, moderno, voltado para os interesses da sociedade; parece que todas as condições objetivas para se consolidar um projeto político-pedagógico que integre todos os alunos, pais, professores, funcionários e gestores funciona satisfazendo os interesses de todos os envolvidos no processo. Vivenciando o cotidiano escolar é que são constatados os contrastes entre o que é dito e o que é realizado.

Nota-se então que é mostrada à sociedade uma imagem de educação de qualidade, de escola comprometida com os reais interesses da comunidade, porém ainda não foram oferecidas as reais condições para tal. Como foi analisado, os componentes necessários para uma gestão de qualidade mínima são, em alguns casos, deficientes e, em outros inexistentes.

Sobre os recursos humanos, o caso é comovente. A necessidade de pessoal é gritante, pois não existem pessoas suficientes para o serviço de limpeza, merenda escolar, segurança. Com relação à quantidade de professores, vale destacar que o quadro de profissionais concursados ainda é insuficiente, sendo complementado com professores em regime

de contrato temporário. Estes por sua vez vivem em constante angústia pelo fato de, a qualquer momento, serem dispensados do trabalho e, ainda assim, sem nenhum tipo de direito trabalhista.

Concordando que as profundas desigualdades caracterizam a sociedade brasileira constituem um sério empecilho para que todos se tornem cidadãos, em qualquer uma das dimensões citadas anteriormente (política, social e civil), constatamos que, em várias situações, são usurpados os direitos dos cidadãos que, mesmo assim, vêm na escola a única forma de garantia de no futuro terem seus filhos capazes de se inserirem no mercado de trabalho (como querem os neoliberais), ou serem capazes de escolher o melhor caminho para suas vidas, tendo como sustentação uma formação que supostamente estimule os princípios da dignidade, cooperação, respeito e ajuda mútuos.

Sabemos que a pobreza de grande parte da população brasileira - agravada pelas políticas recessivas dos governos - coexistindo com níveis elevados de riqueza, coloca severos limites para o acesso universal aos direitos constitucionais. Assim, se uma sociedade é incapaz de garantir as condições materiais mínimas para uma vida decente se não a todos, pelo menos à maioria de seus membros, então a igualdade perante a lei - fundamento da noção de cidadania - torna-se meras palavras escritas em um papel. Quando analisamos a vida de nossos alunos, percebemos que esse é o nosso caso, em que a qualidade de vida, qualidade de saúde e qualidade de educação existem apenas para alguns.

Posta essa realidade, observa-se que não existe um clima de confiança, de segurança e otimismo no conjunto de profissionais que

fazem a Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, integrante da rede de Educação do estado do Ceará. Parece haver um certo desconforto devido a tantos desencontros, descaso e descompromisso com a educação. Não se pode jogar a culpa do fracasso escolar nos professores, ou classificar de incompetente o núcleo gestor quando, por falta de recursos financeiros físicos e humanos, não há condições de realizar um bom trabalho, fazer uma escola articulada com o povo, oferecendo conteúdos significativos, como forma de garantir a cidadania de seus alunos.

A instituição, por sua vez, não entende ainda que a relação educativa é uma relação política e que se define na vivência da escolaridade em sua forma mais ampla, na estrutura escolar, na forma como a escola se insere e se relaciona com a comunidade, nas relações entre professor e aluno, enfim, na relação com o conhecimento. A garantia do domínio das habilidades e competências, assim como a superação do fracasso escolar terão que ser enfrentados de forma que o próprio conteúdo do ensino receba um tratamento que tenha como objetivo o pleno desenvolvimento cognitivo.

Quando se fala em “política”, observamos a forte relação com a ideia de “poder” externada nas atitudes e na expressão oral dos alunos. Fácil de entender, pois ela nasce de uma relação de poder que se estabelece entre as pessoas ou grupos de uma sociedade. Por isso existem a política e as várias políticas determinadas por relações de poder em campos específicos. O poder, por sua vez, é uma relação, porém um tipo especial de relação em que existe domínio. Se há domínio, há subordinação, ou o poder não se estabeleceria. Então, para que ninguém

exerça o domínio nem se subordine ao outro, deve haver equilíbrio na relação entre as pessoas, estabelecendo um tipo de poder democrático. O poder democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem superioridade nem inferioridade, não tem o alto nem o baixo. No caso do Brasil, na maioria de suas formas de expressão, o poder está imediatamente associado à dominação, à subordinação, à resignação.

Acredito que seja por isso que a educação para a cidadania exige que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e, conseqüentemente, para a reflexão dos alunos. Porém esta tomada de decisão não pode satisfazer apenas ao caráter meramente curricular, pois implica necessariamente constar em um projeto político-pedagógico que gera a cumplicidade entre o aprender e o ensinar, orientado pelo desejo de superação e transformação. Cabe à escola garantir a sua grande contribuição que é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Se a escola não muda a sociedade; ela pode, com segmentos sociais, constituir-se como espaço de transformação, em vez de reprodução.

A realização das condições objetivas para se consolidar um projeto político-pedagógico que integre alunos, pais, professores, funcionários e gestores requer o envolvimento de todos os participantes do processo e, por esta razão, se faz necessário que o discente tenha consciência de seus direitos e deveres na sociedade, tendo em vista que é ele a razão de ser da escola.

A sociedade brasileira conduz em sua história características que

demonstram uma marca autoritária muito forte. Já foi escravocrata, acalentou relações políticas paternalistas e clientelistas durante muito tempo e também passou por período de governos não-democráticos. Hoje, ainda é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social. É nesse contexto que está inserido o aluno da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva, que necessita tomar consciência do seu poder na construção da sua formação.

Apesar de tudo, há inúmeros jovens que estão fazendo um grande esforço para buscar suas próprias saídas. São alunos críticos que estão atravessando o processo de construção das identidades individuais e sociais, paralelo ao processo de construção dos seus projetos de vida. Esses alunos conseguem entender uma sociedade livre e capaz de resolver parte de seus problemas. Entendem claramente a luta que se trava na sociedade, ao mesmo tempo em que tentam transcender os limites que a própria sociedade lhes impõe.

Torna-se difícil discordarmos da atual situação educacional vigente em nosso país, proferida pelo discurso neoliberal, assim como não concordar com a proposta de mais qualidade para o ensino. O que o discurso neoliberal esconde é a natureza essencialmente política do estado em que se encontra a educação. Se a educação pública se encontra em situação precária, não se pode atribuir a uma suposta má gestão. As escolas públicas não estão na atual situação simplesmente porque gerenciam mal seus recursos ou porque seus métodos e currículos são inadequados.

Na verdade, elas não possuem os recursos que deveriam ter por que a população a que servem está colocada numa posição de subordinação diante das relações dominantes de poder. Devemos considerar que o modelo de desenvolvimento brasileiro é excludente e, por mais que nos esforcemos para sermos os melhores, não conseguiremos que todas as escolas ofereçam um padrão de qualidade compatível com as necessidades da comunidade.

Diante do contexto descrito, acreditamos que ainda não podemos afirmar de maneira geral que o aluno da terceira série do Ensino Médio da Escola de Ensino Médio Sabino Nunes da Silva seja um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres, participando ativamente de todas as questões da sociedade. Nosso aluno ainda não toma parte nas decisões que interferem diretamente em sua vida, com um sentimento ético forte e consciência da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVARES, M. N. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Tradução de Vinicius Figueira – 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRANDÃO, C.R. (org.) **A Questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRANDÃO, C.R. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar da educação básica: 2012**. Resumo Técnico. Brasília - DF, 2013. Disponível <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf> Acesso em 10 julho 2015.

BRASIL/MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

_____. SEMTEC. **Políticas públicas para a educação profissional tecnológica**. Brasília, 2004.

_____. MEC. INEP. **Censo da educação básica: 2011 – resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

_____. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, Regulamenta o § 2º do art.**

36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF, 18 de abril de 1997, p. 7760.

Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, Regulamenta o § 2º do art.

36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário oficial da União, Brasília, DF, 26 de julho de 2004.

_____ **Decreto n. 6.095, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado.** Publicado no DOU, em 13 de dezembro de 2007.

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Publicado no DOU, em 12 de agosto de 1971.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/11/2015.

BUARQUE, Cristovam. Pé na porta-discursos proferidos no plenário do Senado. Brasília: Seep, 2006.

CANIVEZ, P. Educar o cidadão? Campinas: Papyrus, 1991.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil – leitura crítico-compreensiva – artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. Resolução Nº 414/2006. Dispõe sobre o exercício do cargo de direção de estabelecimento de ensino da educação básica. Fortaleza, CE, 11 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/RES-0414-2006.pdf>. Acesso em: 26/04/2016.

Conselho de Educação do Ceará. Resolução Nº 448/2013. Dispõe sobre o exercício do cargo de direção de estabelecimento de ensino da educação básica. Fortaleza, CE, 09 de Outubro de 2013. Disponível em: <http://www.cee.ce.gov.br/phocadownload/resolucoes/RES-0414-2006.pdf>. Acesso em: 26/04/2016.

Portaria 032/2009 de 09 de fevereiro de 2009. Estabelece as normas para

o processo de eleição de diretores nas escolas públicas estaduais do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza, CE, 9 fev. 2009. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20090209/do20090209p01.pdf>. Acesso em: 26/04/2016.

CEARÁ; SEDUC. **Educação Profissional**. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governodoceara/projetosestruturantes/ensinome diointegrado>. Acesso em: 20/03/2015.

. **Plano de Expansão e Reforma do Ensino Médio**. PEMCE. Relatório Geral, Fortaleza, 30 de agosto de 1999.

; SEDUC. Evolução da rede física. Portifólio_eeep_2013. pdf. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B37KoEYqhTkPcXpSblFVMjJTNmM/e dit>. Acesso em: 12/06/2015.

_____ ; SEDUC; CODEA. **Preparação: Rumo à Universidade**. Diretrizes operacionais 2013. Fortaleza, 02 de abril de 2013. Disponível em: <http://rumoauniversidade.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 10/09/2014.

_____ ; SEDUC. **Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos- estruturantes/ensinomedio- integrado>. Acesso em: 08/12/2015.

_____ ; CENTEC; SEDUC. **Processo Seletivo Simplificado**, N°: 013/2013.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CHARMEUX, Eveline. **Aprender a ler: vencendo o fracasso**. São Paulo: Corte Editora: 2000.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004.

DELORS, Jacques (org.). **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

DURKHEIN, E. **Lições de sociologia: A Moral, o Direito e o Estado**. São Paulo:Edusp, 1983.

FARIAS, José Ariton de. **História do Ceará-da pré-história ao governo Cid Gomes**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 5ª edição, 2009.

FARIAS, José Ariton de. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Edições LivroTécnico, 2004.

FAZENDA, Ivani. C. A. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

FERREIRA, N.T. **Cidadania, uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONTELES, J. O. **Educação de qualidade. Mito ou Realidade?** Fortaleza: Jornal O POVO, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que secompletam**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FREITAG, Bárbara. **Política Educacional e Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

. **Educação e compromisso**. Campinas: Papyrus, 1985.GANDIN, L. A. **Educação libertadora**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, P. A. A. (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 7a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HAMZE, Amélia. **O que é aprendizagem?** Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/o-que-e-aprendizagem.htm>.

KANT, Immanuel. **Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível** (1770). In: KANT, I. Escritos pré-críticos. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 219- 282

KONDER, Leandro, "A questão da cidadania na transição democrática", in Covre, Maria de Lourdes Mansini (org.), "A cidadania que não temos", Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1989. MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. MARTINS, A. **O que é computador?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade: Desafios do Terceiro Milênio**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MELO, Francisco Egberto de. **A cultura cívica na educação cearense (1963- 1973)** – Na tapeçaria da História, entre o “Livro da Professora” e os festejos à Pátria e ao Progresso. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2856/1/2006_is_FEMelo.pdf (Dissertação de Mestrado/UFC -2006). Acesso em: 20/03/2013.

MERCADO, L. P. L. A Internet como ambiente auxiliar do professor no processo de ensino-aprendizagem. Disponível em: <http://www.virtualeduca.org/virtual/Actas2002>.

MERCADO, L. P. L.; VIANA, M. A. P. (Orgs.). **Projetos Utilizando Internet: a Metodologia Webquest na Prática**. Maceió: Q Gráfica; Marista, 2004

MOCHCOVITCH, Luna G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MORAN, J. M. **Mudar a forma de ensinar com a Internet: transformar aula em pesquisa e comunicação**. Brasília, MEC: um Salto para o Futuro, 1998.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do Futuro**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará – 1930-1945**. Fortaleza: Edições ABC, 2000.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. São Paulo e Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

PRAIS, Maria de Lourdes M. **Administração colegiada na escola pública**. 4ª Ed. Campinas: Editora Papirus, 1996.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. –(Coleção Questões da Nossa Época; v.16)

RODRIGUES, N. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. Revista Educação e Sociedade, Ano XXII, nº 76, out, 2001.

ROSENFELD, Denis L. **O que é Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SGA NOTÍCIAS. **Região do Vale do Curu**. Disponível em: <http://www.sganoticias.com.br/2011/04/municipios-componentes-itatira-caninde.html>. Acesso em: 06/01/2017.

SANDER, B. **Consenso e conflito: Perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**. São Paulo: Pioneira, 1984.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DO CEARÁ.
Todos pela Educação de Qualidade para Todos. Fortaleza, Ceará. 1995.

SILVA T. T. (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, H. **Ética.** São Paulo: Editora Moderna, 1994. SOARES, José T.
Em nome do povo. Fortaleza: 2009.

SEBER, Maria da Glória. **Piaget – o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio.** São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

ZABALA, A. **Enfoque Globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. **A reforma do Ensino Médio no Ceará: apontando para o céu e tropeçando na realidade.** Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t052.pdf>. Acesso em: 20/03/2013. (artigo)

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA DOCENTE

FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE

Dados de Identificação:

Formação:

Tempo de magistério:

Disciplina(s) que leciona:

Carga horária:

Idade:

Rede de ensino:

Escola: Central () Periferia () Masculino () Feminino ()

1. O que você considera relevante no processo educacional?
2. Como é sua relação com seus alunos e alunas? Tem diferença relacionar-se com os alunos e com as alunas?

3. Sobre as condições de trabalho na instituição, o que você considera suficiente e insuficiente?
4. Sobre a estrutura física da escola o que você considera suficiente e insuficiente?
5. Você se considera responsável pelo patrimônio escolar? Por quê?
6. Você considera o tempo de sala de aula suficiente para a aprendizagem discente?
7. Você ocupa qual percentual de tempo fora de sala para se dedicar aos estudos?
8. Você se considera uma pessoa consciente acerca dos seus direitos e deveres como docente e como cidadão?
9. Há alguma atividade que a escola desenvolve tendo como objetivo a elevação do nível de consciência do aluno?
10. Você considera importante o envolvimento dos pais com o cotidiano da escola.
11. Você já participou do processo de escolha do diretor por eleição direta? Você considera importante essa forma de escolha? Por quê?
12. Na sua concepção, as avaliações externas têm importância no processo educacional da escola? Elas interferem nas suas aulas? De que forma?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCENTE

FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE

1. Você considera a Educação importante para a sua vida?
2. Como é a sua relação com os colegas de turma?
3. Você participou da eleição do grêmio estudantil?
4. Você participou da eleição do conselho escolar/segmento aluno?
5. Você já participou do processo de escolha do diretor por eleição direta? Você considera importante essa forma de escolha? Por quê?
6. Sobre as condições de trabalho dos professores da instituição o que você considera suficiente e insuficiente?
7. Sobre a estrutura física da escola o que você considera suficiente e insuficiente?
8. Você se considera responsável pelo patrimônio escolar? Por quê?
9. Você se considera uma pessoa consciente acerca dos seus direitos e deveres como aluno e como cidadão?
10. Você considera que há alguma atividade na escola com o objetivo de elevar o nível de consciência crítica do aluno?
11. Você considera importante o envolvimento dos pais com o cotidiano da escola.

APÊNDICE 3

EXEMPLO DE UMA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS ROTEIRO DE ENTREVISTA DOCENTE

FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE

Dados de Identificação:

Formação: Licenciatura Plena em Letras Tempo de magistério: 23 anos
Disciplina(s) que leciona: Língua Portuguesa Carga horária: 200h/a mensais
Idade: 52

Rede de ensino: Estadual Escola: Central (X) Periferia () Masculino
(X) Feminino ()

1. O que você considera relevante no processo educacional?
A integração da família no processo educacional; o foco determinado e as ações planejadas coletivamente.
2. Como é sua relação com seus alunos e alunas? Tem diferença relacionar-se com os alunos e com as alunas?
A relação é de igualdade prevalecendo o respeito mútuo. Não há diferença no que diz respeito ao sexo do discente.
3. Você considera o tempo de sala de aula suficiente para a aprendizagem discente? Não. O tempo pedagógico é muito reduzido e não proporciona uma aprendizagem efetiva.
4. Você já participou do processo de escolha do diretor por eleição direta? Você considera importante essa forma de escolha? Por quê?
Sim. Considero importante porém é necessário mecanismos que sejam capazes de evitar a interferência da política-partidária no processo.

5. Você considera importante o envolvimento dos pais com o cotidiano da escola. Não só importante, porém fundamental. A escola jamais conseguirá cumprir a sua missão sozinha.

6. Sobre as condições de trabalho na instituição, o que você considera suficiente e insuficiente?

As condições de trabalho têm melhorado ultimamente porém os investimentos não acompanham as necessidades surgidas dentro da escola para atender as demandas do mundo atual. Considero o livro didático, o centro de multimídias, os laboratórios de informática e de ciências suficientes, porém acredito que esses ambientes de aprendizagem poderiam ser mais equipados.

7. Sobre a estrutura física da escola o que você considera suficiente e insuficiente? Considero boa as estruturas físicas que abrigam o centro de multimídias, os laboratórios de informática e de ciências. Considero deficiente os ambientes de secretaria, pátio interno, sala de leitura, auditório, cantina, cozinha e banheiros.

8. Você se considera responsável pelo patrimônio escolar? Por quê? Sim. Porque fazendo parte da instituição considero que tenho dever de ajudar na preservação.

9. Você se considera uma pessoa consciente acerca dos seus direitos e deveres como docente e como cidadão?

Não me considero pois entendo que tenho muitas deficiências no que tange ao conhecimento de muitas leis que dizem respeito aos diversos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros.

10. Há alguma atividade que a escola desenvolve tendo como objetivo a elevação do nível de consciência do aluno?

Sim. Nos últimos anos os projetos denominados de Professor Diretor de Turma, Jovem de Futuro e outro denominado de Consciência Negra. As temáticas abordadas são capazes de gerar debates ricos e dessa forma despertar a consciência crítica.

11. Você ocupa qual percentual de tempo fora de sala para se dedicar aos estudos? 4 (quatro) horas semanais em média.

12. Na sua concepção, a instituição tem capacidade atender satisfatoriamente a sua clientela?

Não.

APÊNDICE 4

EXEMPLO DE UMA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCENTE

FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA EM SÃO LUÍS DO CURU-CE

1. Você considera a Educação importante para a sua vida?
Sim. Considero muito importante esse aspecto em minha vida. Além das outras contribuições destaco a minha formação cidadã.
2. Como é a sua relação com os colegas de turma?
É uma relação de respeito. Considero agradável apesar de alguns alunos apresentarem timidez, principalmente os alunos que estão chegando à escola.
3. Você participou da eleição do grêmio estudantil?
Sim. O grêmio estudantil é importante para a melhoria da escola, da mesma forma que o Conselho Escolar, ele passa informações importantes sobre o funcionamento da escola.
4. Você participou da eleição do conselho escolar/segmento aluno?
Não. Mas considero importante os alunos participarem dos conselhos existentes nas escolas.
5. Você já participou do processo de escolha do diretor por eleição direta? Você considera importante essa forma de escolha? Por quê?
Sim. Considero muito importante escolher a pessoa que dirige a escola.
6. Sobre as condições de trabalho dos professores da instituição o que você considera suficiente e insuficiente?
Os professores reclamam muito das condições salariais, principalmente os professores de contrato temporário. Os livros são suficientes e muito bons o que não funciona bem é a internet da escola. Os professores argumentam que a energia da escola é insuficiente para a quantidade de equipamentos elétricos da instituição.

7. Sobre a estrutura física da escola o que você considera suficiente e insuficiente? Considero suficiente a estrutura física do centro de multimeios, dos laboratórios de informática e de ciências. Considero deficientes as estruturas físicas ligadas à secretaria, pátio interno, sala de leitura, cantina, cozinha e banheiros masculinos e femininos. Há uma necessidade urgente da construção de um auditório para a realização dos eventos da escola.

8. Você se considera responsável pelo patrimônio escolar? Por quê?
Sim. Todos nós devemos nos responsabilizar pelo patrimônio que é público, ou seja, pertence a todos e dessa forma torna-se um patrimônio da comunidade.

9. Você se considera uma pessoa consciente acerca dos seus direitos e deveres como aluno e como cidadão?

Sim. Para a melhoria da escola todos necessitam fazer a sua parte. Procuo ter consciência sobre as minhas obrigações como aluno e como cidadão.

10. Você considera que há alguma atividade na escola com o objetivo de elevar o nível de consciência crítica do aluno?

Sim. A atuação do Professor Diretor de Turma gera uma certa consciência no aluno. Isso acontece por causa dos temas tratados no projeto.

11. Você considera importante o envolvimento dos pais com o cotidiano da escola. Sim. Os pais devem saber o que está ocorrendo no interior da escola para que possam ajudar a gestão a resolver vários problemas que aparecem.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem, 14

Ação, 47

Adaptação, 40

Adequação, 77

Adequadas, 14

Administração, 30

Administrar, 45

Administrativos, 68

Admitidos, 45

Adquirido, 49

Adversário, 87

Agradável, 110

Alcançado, 99

Aluno, 14, 130

Alunos, 14, 110

Ambiente, 39, 99

Ambientes, 17

Amplificadas, 90

Amplos, 26

Analfabetismo, 55, 68

Analfabetos, 67

Analisada, 52

Antiga, 52

Apadrinhamento, 57

Apregoado, 58

Aprender, 101

Aprendizagem, 19, 100

Apresentada, 121

Apresentadas, 128

Apresentar, 113

Aprofundando, 103

Aspirações, 45

Assegura, 26

Assegurado, 107

Atenção, 57

Atendimento, 32, 74

Atividades, 18

Atraso, 72

Atribuições, 17, 41

Atuação, 19, 40, 101

Ausência, 28

Autêntica, 73

Autonomamente, 98

Autonomia, 16, 70

Autônomo, 120

Avaliação, 86, 116

Avaliações, 86

B

Bairro, 53

Baixos, 83

Brasil, 58

Brasileiro, 118

Buscar, 129

C

Calendário, 39

Caminha, 114

Caminhos, 98

Capacidade, 33, 37

Capítulo, 26

Características, 16, 43

Caracterizada, 17

Carrega, 17

Ceará, 53, 58, 89

Centralismo, 37

Cidadania, 19, 37, 38, 130

Cidadania, 14

Cidadão, 50

Civilizados, 46

Clientelismo, 56

Comissão, 57

Competências, 33

Completo, 49

Complicado, 40

Comportamentos, 17

Compreender, 16, 33, 79, 100

Compreensões, 48

Compromisso, 18

Comunidade, 39, 42, 85, 121,
125

Comunista, 62

Comunitária, 91

Concebidas, 115

Conceitos, 19, 104

Concretiza, 44

Condição, 37

Condução, 46

Conferido, 120

Conhecimento, 14

Conhecimentos, 95

Conjunto, 26

Conquista, 27, 46

Conquistas, 27

Consciência, 130

Consecutivamente, 42

Conselho, 38

Consenso, 44

Considera, 31, 87

Considerar, 46, 66

Consolidação, 32

Constituição, 26

Constituir, 128

Construção, 109

Construtivismo, 120

Construtivista, 120

Contemporâneas, 48

Contemporaneidade, 45

Contemporâneo, 113

Conteúdos, 127

Contexto, 16, 32

Continente, 32
Contingentes, 91
Contribuição, 128
Contribuído, 14
Contribuir, 58, 117
Cooperação, 16, 41, 115
Coordenador, 55
Coordenadores, 18, 96
Cotidiano, 105
Cotidiano, 14
Crescimento, 114
Criação, 53
Criações, 46
Crianças, 68
Criativa, 43
Crítica, 20
Críticas, 27
Críticos, 14
Cruzeiros, 55
Culturais, 50
Currículo, 53, 58
D
Daquele, 54
Dasafiadora, 110
Decisões, 16
Deficiência, 90
Definidas, 86
Definitiva, 52
Demanda, 36
Democrático, 128
Denominados, 55
Dentre, 58
Dentro, 119
Dependências, 90
Desamparos, 45
Desaprovação, 29
Descartava, 61
Descrito, 58

Desenvolvimentista, 58

Desenvolvimento, 32, 55, 87, 98

Desenvolvimento, 78

Desigualdades, 55

Desmotivamos, 80

Destaque, 47

Destinadas, 26

Detectava, 67

Determinações, 75

Determinadas, 44

Determinando, 111

Determinantes, 91

Determinar, 14, 16

Deveres, 14

Diferenciada, 82

Diferente, 48, 114

Diferentes, 102, 103

Dimensão, 49

Dimensões, 49

Dinamizador, 116

Direito, 49

Direitos, 14, 19, 26, 27, 49, 50

Diretor, 39

Disciplinas, 82, 103

Discorde, 124

Discurso, 19, 117

Discursos, 16

Dissociadas, 32

Distante, 50

Diversos, 72

Divulgada, 16

Documento, 65

Dominantes, 130

E

Econômica, 119

Econômico, 49, 100

Editado, 101

Educação, 16, 26, 35, 56, 57, 58,

72, 124

Educação, 67, 124

Educacionais, 16, 58, 85

Educacional, 16

Educador, 20

Educadores, 54

Educandos, 84

Educativa, 93

Educativo, 32

Eficiência, 29

Elaboração, 41

Elaboradores, 55

Eleitor, 49

Elemento, 45

Emergentes, 33

Empenho, 17

Engajamento, 112

Ensino, 28, 41

Entender, 93

Entrevistas, 18

Envolvidos, 67, 112

Equidade, 32

Equipamentos, 67

Erradicação, 55

Escola, 98

Escolar, 14, 39, 76

Escolares, 94

Escolarizada, 33

Especialização, 104

Essencial, 122

Estabelecer, 73

Estabeleceria, 128

Estabelecimento, 97

Estado, 14, 28, 29, 58

Estaduais, 66

Estadual, 14, 16

Estimular, 116

Estratégia, 30

Estruturas, 65

Estudantes, 63

Excludente, 118

Exemplo, 60, 120

Exemplos, 28

Exercício, 31, 49

Exercidos, 50

Existência, 31, 44

Existido, 46

Expansão, 52

Experiência, 27, 82

Exposição, 32

Externada, 127

F

Família, 106

Familiar, 46, 113

Famílias, 17

Fatores, 113

Fazia, 54

Federal, 65

Filhos, 91

Finalidade, 115

Financeiros, 127

Flexibilidade, 32, 81

Força, 48

Forma, 75

Formação, 19, 98, 107

Formando, 14

Formas, 42

Fortaleza, 52, 53

Fraternidade, 44

Função, 37

Funcionamento, 14

Fundação, 53

Fundamental, 112

G

Garantir, 49

Gestão, 42, 129

Gigantismo, 27

Golpe, 55

Governo, 46

Governo, 52

Governos, 36, 126

Gratuidade, 91

Gravidez, 113

Grupo, 14, 16

H

Habilidade, 34

Habilidades, 32, 82, 87

Herança, 49

Heterogeneidade, 111

Hierárquica, 30

História, 63

Homem, 45, 46

Humana, 93

Humanos, 125

I

Idade, 46

Ideais, 14

Idealizadores, 54

Ideia, 124

Ideológica, 43

Ignorâncias, 45

Igualdade, 44

Implantação, 38

Implementação, 17

Implementada, 16

Implementar, 78

Importância, 27

Importante, 66, 87, 100

Importantes, 66

Impregnada, 56

Inchamento, 35

Incompetentes, 118

Incorreremos, 43

Incumbência, 17, 114

Individuais, 28

Individual, 49

Indivíduos, 16, 47, 48

Industrialização, 56

Ineficiência, 29

Ineficiente, 29

Inferiores, 37

Informações, 34

Ingresso, 57

Inovadora, 55

Inserção, 32

Inserida, 93

Inseridos, 14

Insistentes, 16

Inspirar, 43

Inspirou, 69

Instaladas, 74

Instaurar, 114

Institucional, 35, 41

Institucionalização, 50

Instituição, 14, 109

Instituições, 29, 114

Instrução, 121

Instruções, 90

Instrumento, 56

Integração, 68

Integrada, 82

Integrar, 82

Intensificação, 45

Interdisciplinaridade, 101

Internacionais, 70

Interventor, 53

Intolerância, 113

Intrapessoal, 87

Intuito, 52

Invadir, 42

Investimento, 21, 31, 124

Inviável, 55

Irmã, 61

J

Jovens, 98, 111

Justiça, 49

L

Lançado, 70

Liberdade, 31, 44, 49

Linguagem, 16

Livro, 14, 101

Localidades, 84

Lugar, 92

Lutar, 121

Lutas, 119

M

Má, 129

Maior, 43

Maioria, 95, 114

Maneira, 16, 32

Máquina, 57

Matemática, 87

Material, 60

Materialização, 98

Matriculados, 55

Mecanismos, 30

Medida, 45, 48

Melhor, 120

Membros, 42

Mencionada, 77

Menos, 126

Mente, 47

Mercado, 27

Merenda, 17

Métodos, 120

Militar, 57

Modernização, 57

Modifica, 19

Momento, 52, 84, 108

Momentos, 105

Moradores, 38

Mudanças, 17

Mudando, 91

Muitas, 31

Muitos, 17

Municipal, 52

Município, 68, 89

Municípios, 37

N

Não, 46

Necessária, 116

Necessário, 17, 49, 93

Necessidade, 125

Necessidades, 16, 27, 114

Neoliberais, 126

Neoliberal, 120

Nível, 78

Notáveis, 58

O

Objetivo, 14

Objetivos, 58

Obrigações, 20, 49

Observa, 30

Observação, 112

Obter, 84

Ocorrido, 75

Organização, 46

Organizado, 26

Organizar, 34

Orientador, 116

Origem, 46

P

Pais, 107

Paradigmas, 81

Pareceria, 89

Participação, 16

Participar, 109

Participativo, 14, 120
Partícipes, 14, 16
Particulares, 49
Particularista, 30
Pauta, 91
Peculiaridades, 32
Pedagógica, 18
Pedagógico, 93, 112
Pedagógicos, 87
Pensamento, 26, 45, 59
Período, 52, 129
Perpassando, 32
Perseguição, 53
Personalidades, 53
Pessoa, 30
Pessoal, 40
Pessoas, 125
Planejamento, 100, 108
Pluralidade, 44
Poder, 47
Poeta, 62
Política, 37, 44
Políticas, 16, 26
População, 30, 89
Populares, 16
Porém, 105
Portuguesa, 87
Posição, 46
Positivos, 78
Possibilidade, 26, 79
Possibilidades, 26, 82
Prática, 14, 116
Preferências, 49
Preparação, 82, 86
Prerrogativas, 111
Presença, 56
Presente, 26, 92
Presentes, 57

Previdência, 26

Primeiro, 29

Principal, 52

Princípio, 49

Princípios, 30

Prioridade, 31

Privilégio, 64

Privilégios, 129

Problemas, 56, 129

Processo, 14, 17, 55, 99, 114, 119

Processos, 93

Professor, 54

Professoras, 14, 90

Professores, 41, 54, 58, 77, 108

Profissionais, 83

Profissional, 73

Profissionalizante, 58

Profundamente, 30

Profundidade, 34

Programas, 66

Projeto, 17, 55, 58, 96

Promotora, 55

Promovendo, 92

Propostas, 43, 66

Própria, 18, 52

Próprio, 14

Prosseguir, 109

Protagonismo, 99

Proteção, 26

Pública, 14, 43

Público, 28

Q

Qualidade, 16, 55, 66, 125, 129

Qualificação, 56

Qualificada, 37

Questão, 85

Questionamentos, 103

Questionar, 117

Questões, 124, 130

R

Racional, 120

Racionalidade, 32

Realidade, 33, 35, 43, 92, 104,

105

Realizações, 52

Realizada, 17

Realizado, 69

Realizados, 91

Reconhecer, 117

Reconhecimento, 14, 16

Recursos, 87, 121, 130

Redimensionamento, 29

Referência, 45

Referida, 59

Reflexão, 105, 115

Reflexões, 43

Região, 89

Regime, 90

Regimentos, 86

Relatório, 101

Religião, 20, 49

Reorganização, 107

Representava, 53

Reservados, 85

Resguardava, 55

Residência, 52

Responder, 100

Responsabilidade, 21, 76

Responsabilidades, 41

Responsáveis, 16

Responsável, 62

Romancista, 62

S

Sabino, 127

Saída, 89

Satisfatória, 116

Satisfatório, 84

Satisfazer, 117

Secundário, 52

Selecionar, 34

Serviço, 125

Serviços, 28, 37

Servidores, 83

Setor, 52

Sexo, 46, 49

Significa, 49

Significados, 114

Situação, 118

Sobrevivência, 30

Sociais, 32, 50

Sociedade, 19, 30, 50, 73, 91, 96

Sociocultural, 82

Sufrimentos, 45

Subordinada, 89

Sugestões, 18

Superficiais, 34

Superlotadas, 36

Suporte, 116

Suposta, 129

T

Taxas, 53

Tecnologias, 32

Teoria, 95

Teoria, 14

Teórico, 47

Teóricos, 87

Terceira, 130

Tipo, 14

Titulares, 47

Totalmente, 86

Trabalho, 80

Transformações, 17, 57

Transformar, 111

Transmitir, 14

Transporte, 89

Turma, 107

U

Unanimidade, 86

Unidade, 84

Universais, 30

Universalização, 91

Universidade, 54

Universo, 93

Usufruir, 46

V

Valores, 42

Várias, 67

Veiculado, 16

Veiculados, 124

Verniz, 81

Viabilizar, 42

Vida, 48

Visão, 119

**LACUNAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA:
FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA DE
ENSINO MÉDIO SABINO NUNES DA SILVA
EM SÃO LUÍS DO CURU-CE**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP.

Telefone: +55(11) 5107- 0941

<https://periodicarease.pro.br>

contato@periodicarease.pro.br

ORL



9786560541108